



REVISTA DA **Emeron**

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

N. 29 2021



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



EMERON

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania

ISSN 1983-7283
ISSN Eletrônico 2764-9679(n.29 atual)

REVISTA DA

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia



Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Ano 2020-2021 - nº 29 - dezembro 2020
Periodicidade: Semestral

Diretor
Desembargador Miguel Monico Neto

Coordenador do Comitê de Redação Científica
Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

REVISTA DA

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia



CÚPULA DIRETIVA - BIÊNIO 2020-2021

Des. Paulo Kiyochi Mori
Des. Marialva Henriques Daldegan Bueno
Des. Valdeci Castellar Citon

Des. Miguel Monico Neto
Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Juíza Larissa Pinho de Alencar Lima
Jucilene Nogueira Romanini Mattiuzzi

Centro de Pesquisa e Publicação Acadêmica - Cepep

Arlen José Silva de Souza
Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa
Franklin Vieira dos Santos

Comitê de Redação Científica e Conselho Editorial

Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Johnny Gustavo Clemes

Audarzean Santana da Silva
Jean Carlo Silva dos Santos

Conselho Científico

Adolfo Theodoro Naujorks Neto (TJRO)
Alexandre Miguel (TJRO)
Álvaro Kalix Ferro (TJRO)
Ana Lúcia Tavares Ferreira (PUC-Rio e UERJ)
Ana Paula Baldez Santos (TJRO)
Arlen José Silva de Souza (TJRO)
Áureo Virgílio Queiroz (TJRO)
Carlos Eduardo Adriano Japiassú (Estácio de Sá e UERJ)
Cláudia Vieira Maciel de Sousa (TJRO)
Daniela Christina Klenz Eller (TJRO)
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz (TJRO)
Denise Pipino Figueiredo (TJRO)
Deyvid Junior Cremasco (TJRO)
Dulíbia Sgrott Reis (TJRO)
Elson Pereira de Oliveira Bastos (TJRO)
Emy Karla Yamamoto Roque (TJRO)
Flávio Henrique de Melo (TJRO)
Francielle Vieira Oliveira (Estácio – Brasília)
Franklin Vieira dos Santos (TJRO)

Gabriel Martín Rodríguez (Universidad Rey Juan Carlos – Madrid/España)
Guilherme Ribeiro Baldan (TJRO)
Haruo Mizusaki (TJRO)
Inês Moreira da Costa (TJRO)
Jussara Valente Fernandes Secco (TJRO)
Kerley Regina Ferreira de Arruda Alcântara (TJRO)
Larissa Pinho de Alencar Lima (TJRO)
Letícia Mirelli Faleiro e Silva (UERJ)
Oscar Francisco Alves Júnior (TJRO)
Pablo Fernández García-Armero (UNIR - Universidad Internacional de La Rioja – Espanha)
Philiane Ferreira Paulino da Silva (TJRO)
Rubén Miranda Gonçalves (UNIR - Universidad Internacional de La Rioja – Espanha)
Samile Dias Carvalho (TJRO)
Sérgio Willian Domingues Teixeira (TJRO)
Zeno Germano De Souza Neto (TJRO)



Editora: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Rua Tabajara, 834, Olaria - CEP: 76.831-316
Porto Velho - Rondônia - Brasil
Tel.: (69) 3217-1066
emeron.cepep@tjro.jus.br - emeron.tjro.jus.br

Editor Responsável
Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral

Edição de Conteúdo
Eduardo Ribeiro dos Santos
Neuma Oliveira Souto Dória
Gustavo de Mello Sanfelici

Capa - Projeto Gráfico
Ronaldo Marcelo Avelino Knypel

Obra de arte - capa
Fotógrafa Marcela Bonfim

Produção
Assessoria de Comunicação da Emeron - Ascom

Impressão e Diagramação
Ronaldo Marcelo Avelino Knypel
Núcleo de Serviços Gráficos - Nugraf

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta obra, sem autorização prévia da Escola da Magistratura ou dos autores, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, fotográficos, gravação ou outros.

Tiragem
250 exemplares
Disponível também em: emeron.tjro.jus.br

Revista da Emeron / Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. -- n.29 (jan./dez 1996) -- Porto Velho : TJRO, 2020.

Anual

ISSN 1983-7283
ISSN Eletrônico 2764-9679(n.29 atual)

1. Direito – Periódicos I. Rondônia (Estado) Tribunal de Justiça. Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

CDD: 340.5
CDU-340 (05)

APRESENTAÇÃO	07
POTENCIALIZAR O PODER DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	10
PROTEÇÃO AMBIENTAL NAS DECISÕES COLEGIADAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA	13
O DIREITO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA	15
DANO AMBIENTAL: CONSTATAÇÃO ATRAVÉS DE SISTEMAS DE IMAGENS DE SATÉLITE E VALIDADE DESTAS COMO PROVA EM AÇÃO JUDICIAL.....	17
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS NA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM/RO:.....	19
INDÍGENAS E A TERRA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE RECONHECIMENTO DE SEU TERRITÓRIO.....	22
GOVERNANÇA JUDICIAL ECOLÓGICA NA AMAZÔNIA:.....	24
VISÃO ECOLOGIZADA DO DIREITO NA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL AMBIENTAL	27
PODER JUDICIÁRIO E SUSTENTABILIDADE:.....	29
O IMPACTO AMBIENTAL GERADO PELOS ALIMENTOS TRANSGÊNICOS.....	31
A NECESSIDADE DO POLICIAIMENTO OSTENSIVO NÃO ESPECIALIZADO ATENDER OCORRÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS DE FORMA EFETIVA NO ESTADO DE RONDÔNIA	33
CRIMES AMBIENTAIS E JUSTIÇA RESTAURATIVA:	35
O ROL DE ATIVIDADES SUJEITAS AO EIA/RIMA DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CONAMA 001/86:	38
A PROTEÇÃO PENAL AMBIENTAL:.....	40
A SUBSIDIARIEDADE DO DELITO DE IMPEDIR OU DE DIFICULTAR A REGENERAÇÃO NATURAL DE FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO.....	42
O DANO AMBIENTAL DIFUSO OU COLETIVO DERIVADO DA GRILAGEM DE TERRA E OUTRAS VICISSITUDES SOFRIDAS PELA RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	44
ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA E O IMPACTO NO MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL:	46
FUNÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA PROPRIETADE RURAL E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	48
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	50

INTEGRALIZAÇÃO DA AGENDA 2030, RESULTADOS E PERSPECTIVAS.....	53
AS PARTICULARIDADES DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO AMBIENTAL.....	56
O DESCARTE DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS NO BRASIL E SEU ALCANCE FRENTE ÀS DIRETRIZES IMPOSTAS NA LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	59
A COMERCIALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DE CARBONO DA RESEX DO RIO CAUTÁRIO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	62
VALORAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE LANÇAMENTO DE ESGOTO SEM TRATAMENTO EM MANANCIAL HÍDRICO LUCIA	64
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM RONDÔNIA:	67
ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA REFLORESTAMENTO DE ÁREAS DE PASTAGENS DEGRADADAS NO MUNICÍPIO DE JARU, ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL.....	69
DA SANÇÃO DE NÃO RETORNO DOS BENS APREENDIDOS EM CRIMES AMBIENTAIS.....	73
PODER JUDICIÁRIO NA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	75
ANÁLISE DOS RECENTES JULGADOS DO STJ ENVOLVENDO O TRANSPORTE ILEGAL DE MADEIRAS.....	77
INVASÕES EM RESERVAS EXTRATIVISTAS	79
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO RIO MADEIRA:	82
DIMENSÃO PROCEDIMENTAL DO DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE E A ÉTICA ECOLÓGICA.....	85
O CRIME DE DANO ÀS FLORESTAS PÚBLICAS NO DIREITO BRASILEIRO.....	87
A AMAZÔNIA BRASILEIRA É PROTEGIDA PELO DIREITO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRO? BREVES REFLEXÕES A PARTIR DO PROCESSO HISTÓRICO DE SUA OCUPAÇÃO.....	89
JUSTIÇA CONSTITUCIONAL E JUIZ ATIV(O) (VISTA) COMO DEVER EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	92
A TRANSAÇÃO PENAL COMO INSTRUMENTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CRIMES AMBIENTAIS	94
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DO INCENTIVO TRIBUTÁRIO	97
O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO:.....	99
A OMISSÃO DO ESTADO NO MANEJO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES ENCONTRADOS EM PORTO VELHO-RO.....	101
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EMPREENDEDORA COMO FERRAMENTA PARA PRÁTICAS MAIS SUSTENTÁVEIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O PRODUTOR RURAL DA LPO EM CANDEIAS DO JAMARI E RONDÔNIA	103

APRESENTAÇÃO

Os discentes do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Ambiental (Ambro), autores dos artigos objeto de Trabalhos de Conclusão desse curso, ora submetidos à publicação na Revista da Emeron, cientes do importante papel desse periódico jurídico, vêm prestar a mais estimada homenagem ao Desembargador Miguel Monico Neto, considerando todo seu esforço e liderança pessoal na realização dessa e de outras formações acadêmicas, bem como pela sua dedicação à causa ambiental no Estado de Rondônia – desde quando exerceu o cargo de Promotor de Justiça, antes do ingresso na Magistratura – e, especialmente, pelo seu empenho pessoal, na Diretoria da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron, em proporcionar qualificação técnica e de alta qualidade na área do Direito Ambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) e, para além-muros do PJRO, não apenas para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), alcançando também servidores e magistrados do Poder Judiciário Federal – Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Seção Judiciária do Estado de Rondônia, membros e servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia, das Polícias Civil e Militar Ambiental do Estado de Rondônia, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – Sedam e Secretaria de Meio Ambiente de Porto Velho – Sema.

No período em que esteve na Direção da Emeron se empenhou proficuamente em buscar qualificar os profissionais das mais diversas áreas, somado ao incentivo à produção científica e tecnoló-

gica interdisciplinar na área do Direito Ambiental e das políticas públicas que é de vital significado para o Estado de Rondônia, desse modo, diretamente alinhada à Política Estratégica do Poder Judiciário.

Nossas mais sinceras homenagens ao Desembargador Miguel Monico Neto, Diretor da Emeron, nosso Professor, nosso Mestre!

Novembro de 2021

Alunos Ambro/2020/2021

ARTIGOS

Potencializar o poder de fiscalização ambiental do Estado de Rondônia: alteração do Decreto 16.399/11 para incumbir à Polícia Militar a competência para lavrar as medidas administrativas ambientais delegadas pela SEDAM

Adlon Cláudio da Silva Sousa

Robinson Brancalhão da Silva

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SOUZA, Adlon C.S.da; SILVA, Robinson B. da. **Potencializar o poder de fiscalização ambiental do Estado de Rondônia:** alteração do Decreto 16.399/11 para incumbir à Polícia Militar a competência para lavrar as medidas administrativas ambientais delegadas pela SEDAM. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SOUZA, Adlon C.S.da; SILVA, Robinson B. da. **Potencializar o poder de fiscalização ambiental do Estado de Rondônia:** alteração do Decreto 16.399/11 para incumbir à Polícia Militar a competência para lavrar as medidas administrativas ambientais delegadas pela SEDAM. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O dever de preservar e defender o meio ambiente foi imposto ao Poder Público e à coletividade por meio da Constituição Federal de 1988, para que se mantenha um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras e presentes gerações. Na Carta Maior, ainda existe a previsão dos princípios que o administrador público deverá se ater, com observância obrigatória, em especial, ao princípio da eficiência. Atendendo esta observância aos princípios e valores da Constituição Federal, o poder público deve se valer de estratégias para promover o meio ambiente: uma delas é a potencialização da fiscalização ambiental com o intuito de coibir as infrações criminais e administrativas contra o meio ambiente. Nesse sentido, este artigo propõe a incumbência para lavratura das medidas administrativas ambientais previstas no Decreto Federal 6.514/08 a todos os integrantes da Polícia Militar do Estado de Rondônia como estratégia para potencializar o poder de fiscalização do Estado às constantes infrações ambientais. Vale ressaltar que repassar a competência administrativa aos integrantes da Polícia Militar não seria torná-los “autoridades ambientais”, tampouco incluí-los no Sistema Nacional de Meio Ambiente, mas apenas torná-los agentes autuantes (fiscais ambientais) para lavrar as medidas administrativas ambientais (auto de infração, notificações, embargos, apreensões de objetos e instrumentos, entre outros) e encaminhar à Autoridade Ambiental Administrativa competente para que os infratores possam ser submetidos aos processos administrativos ambientais. Sustenta-se essa ideia por se acreditar que o quadro de servidores da Polícia Militar do Estado de Rondônia é relativamente alto, está distribuído por todo o Estado de Rondônia, e, caso todos os integrantes tivessem essa competência administrativa, o combate às infrações ambientais e a promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado ocorreriam de forma menos onerosa para o Estado, além de que a fiscalização seria constante e pontual. Para que isso ocorra, faz-se necessária uma alteração do Decreto Estadual 16.399/11, que prevê a competência administrativa ambiental tão somente ao Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), subordinada à Polícia Militar do Estado de Rondônia, deixando de fora as demais Unidades (Batalhões) da PMRO, que, por sua vez, são distribuídas em todo o território do Estado.

Palavras chaves: Potencializar a fiscalização; Polícia Militar do Estado de Rondônia; Competência administrativa.

ABSTRACT

The duty to preserve and defend the environment was imposed on the Public Power and the community by the Federal Constitution of 1988, in order to maintain an ecologically balanced environment for future and present generations. In the "Carta Maior" it also provides for the principles that the public administrator must adhere to, with mandatory compliance, in particular, to the principle of efficiency. Given this compliance of the principles and values of the Federal Constitution, the public authorities must use strategies to promote the environment: one of them is the strengthening of environmental inspection in order to restrain criminal and administrative infractions against the environment. In this sense, this article proposes that all members of the Military Police of the State of Rondônia are responsible for drawing up the environmental administrative measures provided for in the Federal Decree 6514/08 as a strategy to enhance the State's inspection power for constant environmental infractions. It is noteworthy that transferring administrative competence to members of the Military Police would not be to turn them into "environmental authorities", nor to include them in the National Environmental System, but only to make them law enforcement agents (environmental inspectors) to draw up environmental administrative measures (infringement notice, notifications, embargoes, apprehensions of objects and instruments, among others) and forward it to the competent Environmental Administrative Authority so that the offenders can be submitted to environmental administrative proceedings. This idea is supported by the belief that the staff of the Military Police of the State of Rondônia is relatively high, and is distributed throughout the State of Rondônia, and, if all members had this administrative competence, the fight against environmental and the promotion of an ecologically balanced environment would occur in a less burdensome way for the State, also add to the fact that inspection would be constant and punctual. For this to occur, there would be a necessity to amend State Decree 16,399/11, which provides for environmental administrative competence only for the Environmental Police Battalion (EPB), subordinate to the Military Police of the State of Rondônia, leaving out the other Units (Battalions) of the MPRO, of which are distributed throughout the territory of the State.

Keywords: Strengthen Inspection; Military Police of the State of Rondônia; Administrative competence.

Texto completo em PDF

Proteção ambiental nas decisões colegiadas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Audarzean Santana da Silva

Miguel Mônico Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SILVA, Audarzean S.; MÔNICO NETO, Miguel. Proteção ambiental nas decisões colegiadas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SILVA, Audarzea.S.; MÔNICO NETO, Miguel. Proteção ambiental **nas decisões colegiadas do Poder Judiciário do Estado de Rondônia**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo geral analisar as decisões colegiadas do Judiciário de Rondônia nas quais aparecem o verbete “proteção ambiental” para avaliar como esse tema vem sendo decidido na arena judiciária de Rondônia. O método científico utilizado foi indutivo, visto que a partir da análise de cada julgado chegou-se à conclusão geral. O estudo mostrou que na Turma Recursal foram poucos casos envolvendo proteção ambiental. Apesar da pequena amostra, na área cível reafirmou-se que não é indenizável a limitação na propriedade por APP e na área criminal, verificou-se que os crimes mais comuns (90,90%) foram contra a fauna e em 72,2% dos casos houve punição dos violadores do meio ambiente. Com relação

ao Tribunal de Justiça, as decisões colegiadas foram 100% favoráveis à proteção ambiental nas ações que debateram constitucionalidade de dispositivo legal, nas apelações cíveis foram 84,02% (142 de 169 decisões) favoráveis, nos agravos de instrumentos foram 100% favoráveis, nos demais feitos cíveis as decisões (31 no total) foram 100% favoráveis e nos recursos criminais houve punição dos praticantes de crimes ambientais em 66,66% (28 de 42 recursos). Esses números da pesquisa permitem afirmar que a ideia de proteção e cuidado com o meio ambiente, amadurecida ao longo de anos no âmbito internacional e nacional, surtiu efeitos positivos na atuação jurisdicional colegiada do Poder Judiciário rondoniense.

Palavras-chave: Proteção ambiental. Meio ambiente. Judicialização de matéria ambiental.

ABSTRACT

This work had as general objective to analyze the collegiate decisions of the Judiciary of Rondônia, in which the entry "environmental protection" appears to assess how this theme has been decided in the judicial arena of Rondônia. The scientific method used was inductive, as from the analysis of each judgment, a general conclusion was reached. The study showed that in the Courts of Appeals of the Small Claim there were few cases involving environmental protection. Despite the small sample, in the civil area it was reaffirmed that the limitation on property by APP is not indemnifiable and in the criminal area it was found that the most common crimes (90.90%) were against fauna and in 72.2% of the cases, environmental violators were punished. Regarding the Court of Justice, the collegiate decisions were 100% favorable to environmental protection in the actions that debated the unconstitutionality of the legal provision, in the civil appeals they were 84.02% (142 of 169 decisions) favorable, in the interlocutory appeals they were 100% favorable, in the other civil actions the decisions (31 in total) were 100% favorable and in criminal appeals, 66.66% were punished for committing environmental crimes (28 out of 42 appeals). These numbers of the survey allow us to state that the idea of protection and care for the environment, that has matured over the years at the international and national level, had positive effects on the collegiate jurisdictional action of the Judiciary in Rondonia.

Keywords: Environmental protection. Environment. Judicialization of environmental matters.

Texto completo em PDF

O Direito ambiental no contexto da criação do Estado de Rondônia: uma crítica a evolução no direito

Camila Carmelita Braga Soares de Oliveira

Eduardo Joreu de Oliveira Freitas

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

OLIVEIRA, Camila C.B.S.de.; FREITAS, Eduardo J. de O. **O Direito ambiental no contexto da criação do Estado de Rondônia:** uma crítica a evolução do direito. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

OLIVEIRA, Camila C.B.S.de.; FREITAS, Eduardo J. de O. **O Direito ambiental no contexto da criação do Estado de Rondônia:** uma crítica a evolução no direito. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

As ações do Estado se fazem, invariavelmente, por meio de instrumentos jurídico-normativos, observando o princípio da legalidade no quadro do Estado Democrático de Direito. Esses instrumentos, porém, não são alheios à dinâmica social, sendo informados pelas ideias dominantes em determinado contexto histórico, e estas, decorrente dos embates entre os diversos grupos que compõem o todo do tecido social, buscando afirmar suas visões de mundo sobre as demais. Dessa forma, o direito como fenômeno social, muito longe de um sentido evolutivo,

linear e contínuo, é produzido a partir dos referenciais dominantes na realidade histórico-social da época, e as suas modificações são frutos desses embates. A ideia do desenvolvimento dominou os debates nacionais no século, e a sua efetivação na Amazônia, a partir de uma determinada significação se deu com a forte ação do Estado brasileiro, por meio de instrumentos jurídico-normativos. Rondônia foi um dos alvos prioritários da ação estatal na implementação das políticas de desenvolvimento, e também presenciou a mudança de sentido dada ao desenvolvimento com a introdução da sustentabilidade, sendo o POLONOROESTE e o PLANAFLORO os casos emblemáticos. Este é, portanto, o tema central deste trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Amazônia. Rondônia. Polonoroeste. Planafloro.

ABSTRACT

The actions of the State are carried out, invariably, through legal and normative instruments, observing the principle of legality within the framework of the Democratic State of Law. These instruments, however, are not unrelated to social dynamics, being informed by the dominant ideas in a given historical context, and these, resulting from the clashes between the various groups that make up the whole of the social fabric, seeking to assert their views of the world over others. Thus, law as a social phenomenon, far from an evolutionary, linear and continuous sense, is produced from the dominant references in the historical-social reality of the time, and its modifications are the result of these clashes. The idea of development dominated national debates in the century, and its realization in the Amazon, from a certain meaning, took place with the strong action of the Brazilian State, through legal and normative instruments. Rondônia was one of the priority targets of state action in the implementation of development policies, and also witnessed the change in the direction given to development with the introduction of sustainability, with POLONOROESTE and PLANAFLORO being the emblematic cases. This is, therefore, the central theme of this work.

Keywords: Sustainable development. Amazon. Rondônia. Polonoroeste. Planafloro.

Texto completo em PDF

Dano ambiental: constatação através de sistemas de imagens de satélite e validade destas como prova em ação judicial

Carlos Roberto Santiago Meneses

Dimis da Costa Braga

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MENESES, Carlos R.S.; BRAGA, Dimis B. **Dano ambiental:** constatação através de sistemas de imagens de satélite e validade destas como prova em ação judicial: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MENESES, Carlos R.S.; BRAGA, Dimis B. **Dano ambiental:** constatação através de sistemas de imagens de satélite e validade destas como prova em ação judicial: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho visa a apresentar um estudo sobre viabilidade na utilização de imagens de satélite como prova em ação judicial, especialmente no contexto e realidades da região amazônica, cuja extensa cobertura florística e biodiversidade, constantemente, são objeto de ação antrópica danosa. A produção de riqueza por vezes é acompanhada de graves danos ambientais em que, não raro, o julgador encontra sérias dificuldades para a instrução e julgamento da causa. A utilização de imagens de satélite para a constatação de ocorrência e extensão de dano ambiental, inclusive quando apresentadas nos autos pelas partes litigantes, isto é, sem a necessidade de prova pericial, é possibilidade

real, considerando a existência e disponibilidade de acesso gratuito a diversas plataformas de sensoriamento remoto. Tal problemática será abordada de acordo com ordenamento constitucional e jurídico brasileiro, a partir da doutrina, conceituação científica de sensoriamento remoto e pesquisa jurisprudencial, a fim de oferecer argumentos acerca do presente tema.

Palavras-chave: Ambiente de qualidade. Poder Judiciário. Dano ambiental. Geotecnologias. Imagens de satélite. Análise multitemporal. Prova.

ABSTRACT

The present work aims to present a study on the feasibility of using satellite images as evidence in a lawsuit, especially in the context and realities of the Amazon region, whose extensive floristic coverage and biodiversity are constantly object of harmful anthropic action. The production of wealth is sometimes accompanied by serious environmental damage in which, not infrequently, the judge finds serious difficulties in the instruction and judgment of the case. The use of satellite images to verify the occurrence and extent of environmental damage, even when presented in the records by the litigants, that is, without the need for expert evidence, is a real possibility, considering the existence and availability of free access to various platforms of remote sensing. This issue will be addressed in accordance with the Brazilian constitutional and legal system, based on doctrine, scientific conceptualization of remote sensing and jurisprudential research, in order to offer arguments on this topic.

Keywords: Quality environment. Judicial court. Environmental damage. Geotechnology. Satellite images. Multitemporal analysis. Court evidence.

Texto completo em PDF

O licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO: critérios de aplicação da Lei Estadual nº 4.610 de 2019 para empreendimentos dispensados de EIA/RIMA até 20201

Daniely da Cunha Oliveira Sant'anna Filho

Miguel Joaquim Sant'anna Filho

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SANT'ANNA, Daniely C.O.; SANT'ANNA FILHO, Miguel J. **O licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO: critérios de aplicação da Lei Estadual nº 4.610 de 2019 para empreendimentos dispensados de EIA/RIMA até 20201.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SANT'ANNA, Daniely C.O.; SANT'ANNA FILHO, Miguel J. **O licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO: critérios de aplicação da Lei Estadual nº 4.610 de 2019 para empreendimentos dispensados de EIA/RIMA até 20201.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A Lei Estadual nº 4.610/2019 trouxe um desafio para o órgão ambiental do estado de Rondônia responsável por licenciar atividades de alto impacto, conferindo a este a decisão de dispensar o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para instalações que julgar como não causadoras de significativa degradação ao meio ambiente. O objetivo da pesquisa foi entender como os casos surgidos em 2019 e 2020 foram analisados pelos técnicos da secretaria e quais seriam os critérios adotados. Foram identificados três casos neste período, um deles antes da publicação da lei e todos relacionados à atividade de organizações portuárias. Os dados foram levantados dentro do órgão ambiental, por meio dos documentos técnicos favoráveis à dispensa do EIA/RIMA constantes nos processos de licenciamento, no sistema de informação (SEI) e no sistema de gerenciamento de processos (SIGLAM). Para melhor entendimento dos casos, os dados foram compilados em dois quadros indicando os critérios e aspectos encontrados que mais foram considerados nas peças técnicas, bem como os impactos identificados para fauna, flora, água, solo, população e economia. Como resultados, percebemos que não existe método previamente estabelecido para estas análises e também não há verificação caso a caso dos impactos nos meios biótico, físico e socioeconômico, apontando a necessidade da adoção de recomendações para o uso de critérios fixos sempre que possível.

Palavras-chave: Dispensa de EIA/RIMA. Licenciamento ambiental. Atividades potencialmente poluidoras.

ABSTRACT

The State Law no. 4.610/2019 brought a challenge to the environmental agency of the state of Rondônia responsible for licensing high impact activities, giving it the decision to waive the Environmental Impact Study and its respective Environmental Impact Report (EIA/RIMA) for installations deemed not to cause significant degradation to the environment. The objective of the research was to understand how the cases that emerged in 2019 and 2020 were analyzed by the secretariat technicians and what would be the criteria adopted. Three cases were identified in this period, one of them before the publication of the law and all related to the activity of port organizations. The data were collected within the environmental agency, through technical documents favorable to the waiver of the EIA/RIMA contained in the licensing processes, in the information system (SEI) and in the process management system (SI-

GLAM). For a better understanding of the cases, the data were compiled in two tables indicating the criteria and aspects found that were most considered in the technical pieces, as well as the impacts identified for fauna, flora, water, soil, population and economy. As a result, we realize that there is no previously established method for these analyzes and there is also no case-by-case verification of impacts on the biotic, physical and socioeconomic environments, pointing out the need to adopt recommendations for the use of fixed criteria whenever possible.

Keywords: EIA/RIMA waiver. Environmental licensing. Potentially polluting activities.

Texto completo em PDF

Indígenas e a terra: reflexões sobre as dificuldades de efetivação do direito de reconhecimento de seu território

Deyvid Junior Cremasco

Úrsula Theodoro Gonçalves de Faria Souza

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

CREMASCO, Deyvid J.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Indígenas e a terra: reflexões sobre as dificuldades de efetivação do direito de reconhecimento de seu território.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

CREMASCO, Deyvid J.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Indígenas e a terra: reflexões sobre as dificuldades de efetivação do direito de reconhecimento de seu território.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O direito dos índios manterem-se nas terras que ocupam já foi objeto de várias normas estatais formais no decorrer da história do Brasil desde o descobrimento. Houve instrumentos jurídicos que a Coroa Portuguesa reconheceu o direito destes povos às áreas que ocupavam, em virtude de sua ancestralidade exercer domínio naqueles locais. Sendo assim, tais áreas estariam reservadas e fora do sistema de transferência da Coroa, a particulares para que explorassem as terras brasileiras. Todavia, tal direito foi descumprido, assim como as normas posteriores e até a atualidade, havendo discussões públicas e polêmicas até hoje sobre a existência desse direito, apesar de expressamente constante

na Constituição de 1988. Quais motivos, e de que natureza, levam a essa dificuldade de efetivação deste direito? Este estudo faz levantamento de artigos científicos atuais que trazem elementos históricos, políticos, jurídicos e culturais para entendimento deste fenômeno, concluindo pela prevalência dos fatores culturais como determinantes deste contexto.

Palavras-chave: Indígena. Terra. Territorialidade. Indigenato. Direito. Cultura.

RESUMEN

El derecho de los indígenas a mantenerse en las tierras que ocupan ya ha sido objeto de diversas normas estatales formales a lo largo de la historia de Brasil desde su descubrimiento. Existían instrumentos legales que la Corona portuguesa reconocía el derecho de estos pueblos a las áreas que ocupaban, en virtud de su ascendencia ejerciendo dominio en esos lugares. Por lo tanto, tales áreas estarían reservadas y fuera del sistema de transferencia de la Corona, para que los particulares exploren tierras brasileñas. Sin embargo, este derecho no fue cumplido, así como las normas posteriores y hasta el día de hoy, con discusiones públicas y controvertidas hasta el día de hoy sobre la existencia de este derecho, a pesar de estar expresamente contenido en la Constitución de 1988. ¿Qué razones y qué naturaleza conducen a esta dificultad para realizar este derecho? Este estudio revisa artículos científicos de actualidad que aportan elementos históricos, políticos, legales y culturales para comprender este fenómeno, concluyendo por la prevalencia de factores culturales como determinantes de este contexto.

Palabras clave: Indígena. Tierra. Territorialidad. Indigenato. Derecho. Cultura.

Texto completo em PDF

Governança judicial ecológica na Amazônia: estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica

Dimis da Costa Braga

Tiago Fensterseifer

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

BRAGA, Dimis da C.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Governança judicial ecológica na Amazônia:** estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

BRAGA, Dimis da C.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Governança judicial ecológica na Amazônia:** estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O artigo examina as questões relacionadas aos debates jurídico-políticos em torno dos atos legislativos adotados pelos Poderes Executivo e Legislativo no Estado de Rondônia, e respectivas Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas pelo Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia –, sob o enfoque do paradigma da sustentabi-

lidade e da ética ecológica. O enfrentamento dos novos problemas advindos da crise do clima demanda a superação do paradigma antropocêntrico, sob o qual se formou a concepção mecanicista do ambiente, definida pelo pensamento científico e filosófico dos séculos XVI e XVII, segundo os quais a natureza se constitui em uma fonte inesgotável de recursos à disposição do homem. Constituído de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, o trabalho esboça os núcleos do paradigma da sustentabilidade e da ética judicial ecológica, bem como a inserção desses conceitos nos recentes julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que promovem um redesenho do debate jurídico-político que se desenrola nos últimos anos em face da pressão política pela ampliação do espaços para agropecuária no Estado, cenário este em que fica evidente o papel contramajoritário da atuação do Poder Judiciário, recorrendo às modernas técnicas de governança judicial em demandas estruturais para bem cumprir o novo papel a ser desempenhado pelas cortes, em conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e do direito humano fundamental ao meio ambiente sem riscos, limpo, saudável e sustentável, recentemente declarado pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Transnacionalidade. Governança judicial ecológica na Amazônia. Direito humano fundamental ao meio ambiente sem riscos, limpo, saudável e sustentável.

ABSTRACT

The article examines issues related to legal-political debates around the legislative acts adopted by the Executive and Legislative Powers in the State of Rondônia, and respective Unconstitutionality Actions of these laws judged by the Judiciary Power - Court of Justice of the State of Rondônia – under the focus the paradigm of sustainability and ecological ethics. Facing up to the new problems arising from the climate crisis demands overcoming the anthropocentric paradigm, under which the mechanistic conception of the environment was formed, defined by scientific and philosophical thought of the 16th and 17th centuries, according to which nature constitutes a source inexhaustible resources available to man. Consisting of a bibliographical and jurisprudential research, the work outlines the nuclei of the sustainability paradigm and ecological judicial ethics, as well as the insertion of these concepts in the recent judgments of the Court of Justice of the State of Rondônia, which promote a redesign of the legal-political debate which has unfolded in

recent years in the face of political pressure for the expansion of spaces for agriculture in the State, a scenario in which the counter-majoritarian role of the Judiciary Power is evident, resorting to modern techniques of judicial governance in structural demands to well comply with the new role to be played by the courts, in accordance with the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda and the fundamental human right to a safe, clean, healthy and sustainable environment, recently declared by the UN Human Rights Council.

Keywords: Sustainability. Transnationality. Environmental judicial governance in the Amazon. Fundamental human right to a risk-free, clean, healthy and sustainable environment.

[Texto completo em PDF](#)

Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental

**Elias Cabral de Souza Lima
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza**

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LIMA, Elias C. de S.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LIMA, Elias C. de S.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **Visão ecologizada do direito na inversão do ônus da prova no Processo Civil Ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho estabelece a constitucionalidade da inversão do ônus da prova no processo civil ambiental, a partir da reafirmação da existência de uma crise ambiental de nível global, que atinge todas as formas de vida e sistemas ecológicos, pela teorização moderna no sentido de aplicar uma visão ecologizada ao direito ambiental vigente, ou seja, atribuir uma interpretação de normas, e também a criação delas, a partir de uma perspectiva ecológica, não mais apenas ambiental e antropocêntrica, e sim biocêntrica. Esta interpretação biocêntrica se encontra refletida na análise da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros (Supremo Tribunal Federal - STF e Superior Tribunal de Justiça - STJ) sobre o tema ambiental, concluindo, a partir das diretrizes constitucionais atuais, que é constitucional inverter o ônus probatório nas lides ambientais, especialmente considerando o princípio da pre-

caução. No estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, a partir da análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos.

Palavras-chave: Direito. Ecologização. Ônus da prova. Inversão. Constitucionalidade.

ABSTRACT

This paper establishes the constitutionality of reversing the burden of proof in environmental civil proceedings, from the reaffirmation of the existence of a global environmental crisis, which affects all forms of life and ecological systems, by modern theorizing in the sense of applying a greened vision to current environmental law, that means attributing an interpretation of norms, and also their creation, from an ecological perspective, no longer just environmental and anthropocentric, but biocentric. This biocentric interpretation is reflected in the analysis of the jurisprudence of the Brazilian superior courts (Supreme Federal Court - STF and Superior Court of Justice - STJ) on the environmental issue, concluding, based on current constitutional guidelines, that it is constitutional to reverse the burden of proof on environmental issues, especially considering the precautionary principle. In the study, bibliographical and jurisprudential research was used, from the quantitative and qualitative analysis of the collected data.

Keywords: Law. Greening. Burden of proof. Inversion. Constitutionality.

Texto completo em PDF

Poder Judiciário e sustentabilidade: contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável

Elson Pereira de Oliveira Bastos

Emy Karla Yamamoto Roque

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

BASTOS, Elson P. de O.; ROQUE, Emy K.Y. **Poder Judiciário e sustentabilidade:** contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

BASTOS, Elson P. de O.; ROQUE, Emy K.Y. **Poder Judiciário e sustentabilidade:** contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A crise ecológica apresenta um hercúleo desafio para a comunidade internacional como um todo e os países individualmente. São exigidas ações de combate à poluição e degradação ambientais, com potencial para se converterem em efetiva tutela do meio ambiente, visando ao seu equilíbrio, de modo a produzir segurança e saúde para as pessoas. A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem parte significativa dessa atuação em prol do desenvolvimento sustentável efetivo, que compreende a conexão e interdependência entre o social, o econômico e o ecológico. O Poder Judiciário cumpre um importante papel para a realização desses objetivos, sendo precisamente as formas de sua atuação para atingir essa finalidade o objeto de análise deste estudo, que

é dividido em três partes: os efeitos destrutivos do antropocentrismo e a busca de uma ética ecológica; o modelo de Estado Ecológico de Direito e os deveres que lhe são imanentes, assim como o surgimento da Agenda 2030 e dos ODS; o papel do Poder Judiciário brasileiro frente aos ODS, bem como as maneiras pelas quais vem sendo concretizado. O estudo demonstra que a atuação do Poder Judiciário em relação aos ODS, tanto em âmbito administrativo quanto jurisdicional, contribui para promover o desenvolvimento sustentável à luz de uma ética ambiental que reconhece e qualifica o meio ambiente como merecedor de tutela ambiental adequada e compatível com a preservação dos ecossistemas para as presentes e futuras gerações. A pesquisa emprega o método indutivo, operacionalizado pela técnica da revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Sustentabilidade. Objetivos do Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The ecological crisis presents a herculean challenge to the international community as a whole and individual countries. Actions to combat pollution and environmental degradation are required, with the potential to become effective protection of the environment, aiming at its balance, in order to produce safety and health for people. The 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals are a significant part of this action towards effective sustainable development, which comprises the connection and interdependence between the social, economic and ecological aspects. The Judiciary Branch plays an important role in achieving these goals, and precisely the ways in which it acts to achieve this purpose is the object of analysis of this study, which is divided into three parts: the destructive effects of anthropocentrism and the search for an ecological ethics; the model of the Ecological Rule of Law and its inherent duties, as well as the emergence of the 2030 Agenda and the SDGs; the role of the Brazilian Judiciary in relation to the SDGs, as well as the ways in which has been realized. The study demonstrates that the performance of the Judiciary in relation to the SDGs, both at the administrative and jurisdictional levels, contributes to promoting sustainable development in the light of an environmental ethics that recognizes and qualifies the environment as deserving of adequate and compatible environmental protection. Preservation of ecosystems for present and future generations. The research employs the inductive method, operated by the literature review technique.

Keywords: Judicial Branch. Sustainability. Sustainable development goals.

Texto completo em PDF

O impacto ambiental gerado pelos alimentos transgênicos

Erica Machado e Silva de Carvalho Lopes

Raduan Miguel Filho

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LOPES, Érica M.S.C.; MIGUEL FILHO, Raduan. **O impacto ambiental gerado pelos alimentos transgênicos.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LOPES, Érica M.S.C.; MIGUEL FILHO, Raduan. **O impacto ambiental gerado pelos alimentos transgênicos.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Os organismos transgênicos, também conhecidos por organismos geneticamente modificados - OGM, são possuidores de fragmentos de DNA de outros organismos vivos misturados com o seu código genético. Este estudo teve como objetivo analisar os impactos para o meio ambiente decorrentes dos alimentos transgênicos, bem como identificar os principais impactos dos alimentos transgênicos sobre o meio ambiente apontados pela literatura científica, compreender a relação de causalidade entre os impactos apontados e a dinâmica do cultivo e produção dos alimentos transgênicos e verificar a existência de alternativas viáveis à minimização dos impactos identificados. Os riscos à saúde humana e animal e à diversidade biológica pode resultar das características inerentes ao OGM ou de sua potencial transferência a outras espécies. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, realizado mediante pesquisa bibliográfica. O resultado mostrou que ainda são

limitados os estudos científicos que ofereçam informações conclusivas quanto aos impactos que podem decorrer do plantio e do consumo dos OGM, sendo necessário maior incentivo às pesquisas e debates envolvendo a sociedade e a comunidade científica, sendo que a prevenção deve ser destacada.

Palavras-chave: Organismos geneticamente modificados. Transgenia. Segurança alimentar. Meio ambiente.

ABSTRACT

The transgenic organisms, also known as genetically modified organisms (GMOs), are possessors of DNA fragments from other living organisms mixed with their genetic code. This study aimed to analyze the impacts on the environment arising from transgenic foods, as well as to identify the main impacts of transgenic foods on the environment pointed out in the scientific literature, to understand the causal relationship between the identified impacts and the dynamics of cultivation and production of transgenic food and verify the existence of viable alternatives to minimize the identified impacts. The risks to human and animal health and biological diversity can result from the inherent characteristics of the GMOs or its potential genetic transference to other species. This is a qualitative, descriptive study, carried out through bibliographical research. The result showed that scientific studies that provide conclusive information about the impacts that may result from the planting and consumption of GMOs are still limited, requiring greater encouragement of research and debates involving society and the scientific community, with emphasis mainly on prevention.

Keywords: Genetically modified organisms. Transgenics. Food safety. Environment.

Texto completo em PDF

A necessidade do policiamento ostensivo não especializado atender ocorrências de crimes ambientais de forma efetiva no Estado de Rondônia

Fábio França dos Santos

Ilma Ferreira Brito

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SANTOS, Fábio F. dos; BRITO, Ilma F. de. **A necessidade do policiamento ostensivo não especializado atender ocorrências de crimes ambientais de forma efetiva no Estado de Rondônia.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SANTOS, Fábio F. dos; BRITO, Ilma F. de. **A necessidade do policiamento ostensivo não especializado atender ocorrências de crimes ambientais de forma efetiva no Estado de Rondônia.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar que o serviço de Policiamento Ostensivo Ordinário é uma importante ferramenta para a prevenção, o combate e a consequente redução de ilícitos, tanto comuns quanto ambientais em áreas urbanas. A Polícia Militar executa o Policiamen-

to Ostensivo, sendo o de trânsito e ambiental suas especialidades. No entanto, por meio de convênio, vem atuando na fiscalização de trânsito, conforme prever o Código de Trânsito Brasileiro, não ocorrendo o mesmo no que se refere à fiscalização e ao registro de ocorrências de crimes ambientais. Por essa razão, as laudas seguintes visam apresentar uma nova perspectiva com relação ao combate aos crimes e ilícitos ambientais, principalmente no perímetro urbano. A necessidade do policiamento ostensivo para atender ocorrências de crimes ambientais de forma efetiva no estado de Rondônia, foi-se modelando, por meio de levantamento bibliográfico do assunto, de experiências da rotina policial militar, do entendimento de uma possibilidade real, e passou-se a acreditar que o efetivo cumprimento consistiria em grande avanço para todo estado de Rondônia.

Palavras-chave: Segurança pública. Proteção ambiental. Policiamento ostensivo. Crimes ambientais. Poder de polícia.

ABSTRACT

The present intends to demonstrate that the Ordinary Ostensive Policing Service is an important tool for the prevention, combat and consequent reduction of illicit, both common and environmental in urban areas. The Military Police Execute. The Ostensive Policing, the traffic and environmental being its specialties. On however, the Brazilian Traffic Code states that, through an agreement, the Police Military will act in traffic inspection and for a long time the military police are coming acting in this harvest, however, the same does not occur with regard to the inspection, and registration of incidents of environmental crimes. For this reason, the following reports aim to present a new perspective on the fight against crimes and environmental illicit issues, especially in the urban perimeter. The need for ostensive policing effectively address environmental crime occurrences in the state of Rondônia, it was modeled through a bibliographic survey of subject, the experiences of the military police routine, the understanding of a real possibility and we started to believe that the effective fulfillment would consist of great advance, not only for Rondonian society but for the whole State of Rondonia.

Keywords: Public security. Environmental protection. Overt policing. Environmental crimes. Police power.

Texto completo em PDF

Crimes ambientais e justiça restaurativa: um modelo pontual e eficaz para a tutela do meio ambiente

Felipe Magno Silva Fonsêca

Pedro Colaneri Abi-eçab

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

FONSECA, Felipe M.S.; ABI-EÇAB, Pedro C. **Crimes ambientais e justiça restaurativa: um modelo pontual e eficaz para a tutela do meio ambiente.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

FONSECA, Felipe M.S.; ABI-EÇAB, Pedro C. **Crimes ambientais e justiça restaurativa: um modelo pontual e eficaz para a tutela do meio ambiente.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Desvelar e implementar estratégias eficientes para a tutela do meio ambiente, especialmente no estágio pós dano, têm se revelado missões hercúleas no Brasil, por fatores da mais variada monta, tais como o sucateamento dos órgãos públicos ambientais, as dificuldades inerentes à própria recomposição do meio ambiente lesado, a judicialização excessiva da matéria ambiental, a morosidade do sistema de justiça e o reduzidíssimo grau de satisfação dos provimentos jurisdicionais. Esse

cenário reclama um esforço urgente e coletivo do Estado, da sociedade e, em especial, dos órgãos integrantes do sistema de justiça, para a construção de alternativas viáveis à preservação e restauração do meio ambiente, enquanto bem de uso comum do povo, essencial às gerações presentes e futuras. Não se descuida de que o Direito Penal, encarado neste trabalho em sua acepção ampla (material e processual), desempenha uma nítida e relevante função de controle social, imprescindível ao regular funcionamento do Estado Democrático de Direito sobre o qual nos assentamos. A par desse mister, entretanto, é certo que o Direito Penal, especialmente quando volta os olhos à sua finalidade preventiva, tem assumido feição cada vez mais promocional, abdicando do seu matiz exclusivamente punitivo, para perseguir a transformação de cada cidadão e cidadã, individualmente, e da comunidade de forma geral, no rumo da solução pacífica de conflitos e da restauração de danos. Partindo dessa premissa, bem como acolhendo a ideia de Justiça Restaurativa como modelo de processo plenamente compatível (não excludente) com o modelo de justiça penal vigente, o presente trabalho tem por objetivo sustentar a conveniência e adequação da utilização de instrumentos restauradores, a exemplo da transação penal, do sursis processual e do recente acordo de não persecução criminal, como alternativas às sanções de caráter afilítico e, especialmente, como recursos eficazes para tutela do meio ambiente, por possibilitarem a reparação do dano ambiental por uma via encurtada e consensual.

Palavras-chave: Criminal. Meio ambiente. Justiça restaurativa.

ABSTRACT

Unveiling and implementing efficient strategies for the protection of the environment, especially in the post-damage stage, have proved to be herculean missions in Brazil, due to various factors, such as the scrapping of environmental public bodies, the inherent difficulties to the very recomposition of the injured environment, the excessive judicialization of the matter, the slowness of the justice system and the very degree reduced of satisfaction of the jurisdictional. This scenario calls for an urgent and collective effort of the State, society and, in particular, the organs that are part of the justice system, for the construction of viable alternatives to the preservation and restoration of the environment, as a common use of the people, essential to present and future generations. It is not neglected that criminal law, seen in this work in its broad sense (material and procedural), plays a clear and relevant function of social control, essential to the regular functioning of the Democratic State of Law on which we are based. In addition to this mister,

however, it is certain that criminal law, especially when it turns its eyes to its preventive purpose, has assumed an increasingly promotional feature, giving up the exclusively punitive si hue, to pursue the transformation of each citizen, individually, and the community in general, in the direction of the peaceful solution of conflicts and the restoration of damages. Based on this premise, as well as welcoming the idea of Restorative Justice as a process model fully compatible (not excluding) with the current criminal justice model, the present work aims to support the convenience and adequacy of the use of restorative instruments, such as criminal transaction, procedural sursis and the recent agreement of non-criminal prosecution, as alternatives to sanctions of a distressing nature and, especially, as effective resources for the protection of the environment, because they enable the repair of environmental damage by a shortened and consensual route.

Keywords: Criminal. Environment. Restorative justice.

Texto completo em PDF

O rol de atividades sujeitas ao EIA/RIMA do Art. 2º da Resolução CONAMA 001/86: presunção absoluta de impacto ambiental significativo

Felipe Miguel de Souza

Erika Bechara

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SOUZA, Felipe M. de; BECHARA, Erica. **O rol de atividades sujeitas ao EIA/RIMA do art. 2º da Resolução CONAMA 001/86:** presunção absoluta de impacto ambiental significativo. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SOUZA, Felipe M. de; BECHARA, Erica. **O rol de atividades sujeitas ao EIA/RIMA do art. 2º da Resolução CONAMA 001/86:** presunção absoluta de impacto ambiental significativo. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este artigo versa sobre questões ambientais nos campos sociais e jurídicos. Dessa forma, buscou-se analisar a resolução n. 001/86 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) em seu art. 2º, o qual arrola atividades e empreendimentos de alto impacto ambiental, porém o problema em questão é a controvérsia acerca de qual presunção jurídica se trata: absoluta ou relativa. Nesse contexto, objetivou-se contextualizar a proteção ambiental na ordem constitucional; abordar as características e a obrigatoriedade do EIA/RIMA; estudar o rol do art. 2º da referida Resolução; e apresentar os argumentos da literatura jurídica.

dico-ambiental que sustentam ambas as presunções e, a partir de seu cotejo, analisar sua juridicidade à luz da ordem constitucional vigente, com vistas àquele com maior aptidão para conferir efetividade à Constituição Federal. Por conseguinte, chegou-se ao consenso de que a proteção ambiental é proporcional aos níveis da democracia e da legalidade do Estado Democrático de Direito, visto que a Constituição Federal consigna em seu art. 225 o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o estudo prévio de impacto ambiental (EIA), conforme inciso IV, do §1º do referido artigo. Por fim, constatou-se a necessidade de prevenção e de precaução e que o meio ambiente deve ser protegido de danos certos ou acautelado de riscos prováveis, para um coeso equilíbrio da função social: ambientalmente sustentável e socialmente responsável.

Palavras-Chave: Direito ambiental. EIA/RIMA. Licenciamento ambiental. Impacto ambiental. Presunção absoluta.

RESUMEN

El presente artículo discurre sobre las cuestiones ambientales en los ámbitos sociales y jurídicos. Así, hemos analizado la resolución n. 001/86 del CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) en su art. 2º, al que arregla las actividades y emprendimientos de gran impacto ambiental, sin embargo, el problema en cuestión es la controversia acerca de cuál presunción jurídica se trata: absoluta o relativa. Además, el objetivo es contextualizar la protección ambiental en el orden constitucional; tratar sobre las características y la obligatoriedad del EIA/RIMA; estudiar la lista del art. 2º de la referida resolución; y presentar los argumentos de la literatura jurídico-ambiental que sostienen ambas las presunciones y, a partir de su consumación, analizar su juridicidad a la luz del orden constitucional vigente, visando aquello con más capacidad de conferir efectividad a la Constitución Federal. Adelante, hemos llegado en la conclusión de que la protección ambiental es proporcional al nivel de democracia y de la legalidad del Estado Democrático de Derecho, pues la Constituição Federal consigna en su art. 225 el derecho fundamental a un medio ambiente ecológicamente equilibrado y el estudio previo de impacto ambiental (EIA), consonante con inciso IV, §1º del artículo mencionado. Por lo tanto, hemos constatado la necesidad de prevención y de precaución y que el medio ambiente hay que ser protegido de daños ciertos o cautela de riesgos probables, para un cohesivo equilibrio de la función social: ambientalmente sustentable y socialmente responsable.

Palabras-claves: Derecho ambiental. EIA/RIMA. Licencias ambientales. Impacto ambiental. Presunción absoluta.

Texto completo em PDF

A proteção penal ambiental: por meio dos crimes de perigo abstrato considerando o princípio da ofensividade

Hervelton Carlos Santos Pereira
Guilherme Ribeiro Baldan

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

PEREIRA, Hervelton C.S.; BALDAN, Guilherme R. **A proteção penal ambiental:** por meio dos crimes de perigo abstrato considerando o princípio da ofensividade. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

PEREIRA, Hervelton C.S.; BALDAN, Guilherme R. **A proteção penal ambiental:** por meio dos crimes de perigo abstrato considerando o princípio da ofensividade. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este artigo pretende apresentar um estudo sobre a proteção do meio ambiente, bem jurídico-penal, utilizando-se de crimes ambientais de perigo abstrato, considerando o princípio da ofensividade e seus princípios corolários no direito penal constitucional. Ocorre que em crimes de perigo abstrato a finalidade é punir um comportamento, por mera presunção de dano ao bem jurídico tutelado, sem que haja a necessidade de lesão, porquanto não se exige uma lesão de fato, mas a simples prática de uma conduta considerada perigosa para incorrer em san-

ção. De outro modo, para o princípio da ofensividade o Direito Penal só deve atuar para punir condutas que tenham efetivamente atacado ao bem jurídico tutelado (ambiental) ou colocado à exposição de um perigo relevante, ou seja, o modelo legal obrigatoriamente deve descrever uma conduta que seja apta a vulnerar um bem tutelado pelo direito penal (*nullum crimen sine iniuria*). Esta problemática será abordada de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, valendo-se da doutrina, pesquisas e observações jurídicas para formular argumentos sobre o tema.

Palavras-chave: Bem jurídico tutelado. Crime de perigo abstrato. Meio ambiente. Direito ambiental. Ofensividade. Proteção penal.

ABSTRACT

This article intends to present a study on the protection of the environment, a legal-criminal asset, using environmental crimes of abstract danger, considering the principle of offense and its corollary principles in constitutional criminal law. It turns out that in crimes of abstract danger the purpose is to punish a behavior, by mere presumption of damage to the protected legal interest, without the need for injury, as an actual injury is not required, but the simple practice of a conduct considered dangerous to incur sanction. Otherwise, for the principle of offense, Criminal Law should only act to punish conduct that has effectively attacked the protected legal asset (environmental) or exposed to a relevant danger, that is, the legal model must describe a conduct that be able to violate a property protected by criminal law (*nullum crimen sine iniuria*). This issue will be addressed in accordance with the Brazilian legal system, using doctrine, research and legal observations to formulate arguments on the subject.

Keywords: Protected legal good. Abstract danger crime. Environment. Environmental law. Offense. Criminal protection.

Texto completo em PDF

A subsidiariedade do delito de impedir ou de dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação

Isadora Gonçalves Tenório Cruz

Tiago Cadore

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

CRUZ, Isadra G.T.; CADORE, Tiago. **A subsidiariedade do delito de impedir ou de dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

CRUZ, Isadra G.T.; CADORE, Tiago. **A subsidiariedade do delito de impedir ou de dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A Carta Maior de 1988 tratou, em seu Capítulo VI, sobre o meio ambiente, trazendo diversas normas protetivas e determinando obrigações para o Poder Público e para a coletividade a fim de resguardá-lo. O § 3º, do artigo 225 da Constituição Federal delimitou a tripla responsabilização do degradador ambiental, e sua conduta lesiva poderá ser apurada e sancionada nas esferas cível, administrativa e penal. O aludido dispositivo é um mandado expresso de criminalização, não deixando opção para o legislador a não ser criminalizar a ação que atente contra o direito fundamental de fruição ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado. Nesse cenário, a Lei n. 9.605/1998 surgiu no ordenamento jurídico brasileiro com intuito de dispor, de forma mais específica, sobre a tutela ambiental nas esferas administrativa e penal. A citada legislação é rotineiramente alvo de críticas, seja por conter em seu texto diversas normas penais em branco, as quais dependem da edição de outras normas para que haja completude no tipo penal, seja pela utilização de redação técnica, a qual visa abarcar as peculiaridades da tutela do bem ambiental. No artigo 48 da aludida Lei, fora tipificado o crime de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, o qual é classificado como de aplicação subsidiária e visa resguardar a flora, pois não há outro dispositivo que enquadra a conduta ilícita como típica, e é objeto deste estudo.

Palavras-chave: Crime ambiental. Impedir regeneração. Delito subsidiário.

ABSTRACT

In Chapter VI, the 1988 Major Charter dealt with the environment, bringing several protective norms and determining obligations of the Public Power and the community to protect it. The § 3, of article 225, of the Federal Constitution, defined the triple responsibility of the environmental degrader, that is the harmful conduct may be investigated and sanctioned in the civil, administrative and criminal spheres. The aforementioned device is an express criminalization warrant, leaving no option for the legislator but to criminalize the action that violates the fundamental right to enjoy the ecologically balanced environment. In this scenario, Law No. 9,605/1998 emerged in the Brazilian legal system in order to provide, in a more specific way, about environmental protection in the administrative and criminal spheres. This legislation is routinely criticized, either because it contains in its text several blank penal rules, which depend on editing other rules so that there is completeness in the penal type, as well as the use of technical writing, which aims to encompass the peculiarities of environmental protection. In article 48 of the aforementioned law, the crime of preventing or hindering the natural regeneration of forests and other forms of vegetation was typified, which is classified as a subsidiary application and aims to protect the flora when there is no other device that frames the unlawful conduct as typical and is the object of this study.

Keywords: Environmental crime. Prevent regeneration. Subsidiary offense.

Texto completo em PDF

O dano ambiental difuso ou coletivo derivado da grilagem de Terra e outras vicissitudes sofridas pela reserva extrativista Jaci-paraná

Ivo Scherer
Miguel Mônico Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SCHERER, Ivo; MÔNICO NETO, Miguel. **O dano ambiental difuso ou coletivo derivado da grilagem de Terra e outras vicissitudes sofridas pela reserva extrativista Jaci-paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SCHERER, Ivo; MÔNICO NETO, Miguel. **O dano ambiental difuso ou coletivo derivado da grilagem de Terra e outras vicissitudes sofridas pela reserva extrativista Jaci-paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O artigo começa tratando da recalcitrância do Tribunal de Justiça de Rondônia em reconhecer o dano moral ambiental difuso ou coletivo derivado de grilagem de terra e desmatamento da Floresta Amazônica no interior da Reserva Extrativista Jaci-Paraná. Na sequência, examina como o tema da responsabilidade civil ambiental evoluiu na doutrina e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e, ao cabo, narra ainda outras vicissitudes experimentadas pela mencionada unidade de conservação, como a desafetação da maior parte da sua área pela Lei Complementar nº. 1089, de 20.05.2021.

Palavras-chave: Grilagem de terra. Desmatamento. Floresta amazônica. Reserva extrativista Jaci-Paraná. Responsabilidade civil. Dano moral ambiental difuso ou coletivo. Reconhecimento. TJRO. STJ.

ABSTRACT

The article begins by dealing with the recalcitrance of the Court of Justice of Rondônia to recognize the diffuse or collective environmental moral damage resulting from land grabbing and deforestation of the Amazon Rainforest inside the Jaci-Paraná Extractive Reserve. Afterwards, it examines how the environmental civil liability theme evolved in doctrine and in the jurisprudence of the Superior Court of Justice and, in the end, it also narrates other vicissitudes experienced by the aforementioned conservation unit, such as the disaffection of most of its area by the State Complementary Law n. 1089, of 05.20.2021.

Keywords: land grabbing and deforestation. Amazon Rainforest. Jaci-Paraná Extractive Reserve. Civil liability. Diffuse or collective environmental damage. Recognition. TJRO. STJ.

Texto completo em PDF

Animais em situação de rua e o impacto no meio ambiente artificial: Porto Velho/Rondônia e o cuidado com os animais

Janaina Xander Wessel
Aparecida Luzia Alzira Zuin

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

WESSEL, Janaína X.; ZUIN, Aparecida L.A. **Animais em situação de rua e o impacto no meio ambiente artificial:** Porto Velho/Rondônia e o cuidado com os animais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

WESSEL, Janaína X.; ZUIN, Aparecida L.A. **Animais em situação de rua e o impacto no meio ambiente artificial:** Porto Velho/Rondônia e o cuidado com os animais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar os animais em situação de rua como parte integrante da fauna urbana que, em virtude dessa condição, demandam a atenção do Poder Público, como a criação de políticas voltadas para seu bem-estar e segurança. Almeja-se, ainda, demonstrar a importância de uma mudança socioambiental a partir do atendimento dos animais em situação de rua no ambiente da cidade. Desse modo, foram colacionados exemplos de estudos bem-sucedidos, cuja

adaptação e aplicação no município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, trará melhorias à vida tanto dos seres humanos quanto dos animais em situação de rua, pois a capital deve se alinhar ao pensamento segundo o qual os animais são seres sencientes e que, para o bem viver no planeta, demandam mudança comportamental baseada no ecocentrismo. A abordagem metodológica que envolve o estudo é qualitativa, consistindo, principalmente, no levantamento bibliográfico e documental, somando-se a este Projetos de Lei em tramitação que buscam atender às necessidades de tratar os animais não-humanos com dignidade. Considerando que o foco final do trabalho é verificar a realidade de Porto Velho, para averiguar se há políticas públicas sobre o tema, tratou-se ainda de estudos de informações levantadas junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente através de entrevista realizada com o médico veterinário do órgão.

Palavras-chave: Direito dos animais. Meio ambiente artificial. Políticas públicas.

ABSTRACT

The purpose of this work is to introduce free roaming domestic animals as integrant part of the urban fauna, that due to their situation demand governmental attention, through making politics towards to their well-being and safety. This work also aspires to communicate the importance of a socioenvironmental change to the city's environment by assisting free roaming domestic animals. Thereby, successful models of studies were collated, whose adaptation and application in the city of Porto Velho, Rondonia's capital, will bring improvements for both human beings and in free roaming animals, Because the capital city must acknowledge that animals are sentient beings and that to their wellbeing on this planet it demands behavior changes based on the ecocentrism. The methodological approach in this essay is qualitative; mainly consisting of bibliographic and documentary procedures, in addition, draft laws still in process that seeks to attend the needs of treating non-human animals with dignity. As the essays final focus is to verify the reality of Porto Velho, if there are public politics about the theme, some information was collected from the Secretaria Municipal do Meio Ambiente through an interview conducted with the agency's veterinarian.

Keywords: Animal rights. Artificial environment. Public politics.

Texto completo em PDF

Função sócio-ambiental da proprietadade rural e pagamento pelos serviços ambientais: uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

João Carlos Wagner

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

WAGNER, João C. **Função sócio-ambiental da proprietadade rural e pagamento pelos serviços ambientais:** uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

WAGNER, João C. **Função sócio-ambiental da proprietadade rural e pagamento pelos serviços ambientais:** uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho, partindo de uma noção constitucional do direito ambiental e trazendo os princípios que regem esse ramo do direito estuda o conceito e alcance do termo pagamentos por serviços ambientais, demonstrando a sua natureza jurídica e campo de aplicação. Nesse contexto, o trabalho pretende promover uma confrontação entre o instituto, caracterizado doutrinariamente como instrumento econômico de proteção à natureza e os instrumentos de comando e controle

existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, relaciona as noções de obrigatoriedade e de voluntariedade na busca da proteção ao ambiente. Indaga se a utilização de um sistema de pagamentos por serviços ambientais representa um instrumento complementar de aperfeiçoamento das ações já existentes. Assim, partindo de uma pesquisa bibliográfica o trabalho busca responder se a premiação de provedores de serviços ambientais no Brasil constitui um instrumento viável a complementar a política de comando e controle estatal. Por fim, são relatadas algumas iniciativas de pagamentos por serviços ambientais existentes, sem olvidar das considerações finais sobre o tema.

Palavras-Chave: Direito. Pagamentos por serviços ambientais. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper, from a constitutional notion of environmental law and bringing the principles governing this branch of law studies the concept and scope of the term payments for environmental services, demonstrating its legal nature and scope. In this context, the paper aims to promote a confrontation between the institute, characterized doctrinally as an economic instrument to protect the nature and instruments of command and control existing in the Brazilian legal system. We relate the notions of obligation and willingness seeking to protect the environment. Asks whether the use of a system of payments for environmental services is a complementary tool for improvement of existing shares. Thus, based on a literature work seeks to answer whether the award of environmental services in Brazil is a viable complement to the political control and state control instrument. Finally, some initiatives are reported payments for existing environmental services, without forgetting the final remarks on the subject.

Keywords: Law; Payments for environmental services; Sustainability.

Texto completo em PDF

Responsabilidade civil ambiental do Estado de Rondônia: poluição causada pela deposição de mercúrio no Rio Madeira.

Jonatas Davi Simões Mendes

Aroldo Bueno de Oliveira

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MENDES, Jonatas D.S.; OLIVEIRA, Aroldo B. **Responsabilidade civil ambiental do Estado de Rondônia:** poluição causada pela deposição de mercúrio no Rio Madeira. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MENDES, Jonatas D.S.; OLIVEIRA, Aroldo B. **Responsabilidade civil ambiental do Estado de Rondônia:** poluição causada pela deposição de mercúrio no Rio Madeira. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O meio ambiente equilibrado, compreendido como tudo aquilo que nos circunda, seja artificial, natural, do trabalho ou cultural, detém amparo na legislação brasileira, sendo elevado a direito humano fundamental, na garantia das presentes e futuras gerações. Ao lado da coletividade, o Estado possui a tutela da proteção do bem ambiental, devendo sempre buscar a promoção da prevenção da existência de danos. A prevenção é, pois, medida imperativa ao Estado. Todavia, tendo em conta que

se vive em uma sociedade de riscos, não se pode afirmar, com plena certeza, que todo abalo ambiental é passível de ser evitado. É, a partir daí, que surge a responsabilidade civil ambiental, como instrumento de enfrentamento da lesão ou potencialidade de dano ao bem ambiental, quando os mecanismos de prevenção não se mostrarem eficientes, torna-se possível a imposição ao Estado do dever de reparação pelo prejuízo ao meio ambiente, mediante prévia análise da existência de ação ou omissão do Poder Público. À vista disso, este trabalho teve o objetivo de verificar a responsabilidade civil ambiental do Estado de Rondônia na hipótese de existência de dano ambiental causado pela poluição de mercúrio depositado na bacia do rio Madeira, decorrente da atividade garimpeira ao longo dos anos. Realizou-se uma pesquisa descritiva exploratória desenvolvida sobre o tema. A análise geral é voltada ao estudo da responsabilidade civil do Estado por danos causados ao meio ambiente. O enfoque é dado na responsabilidade civil do Estado de Rondônia, com preposições que tem como objetivo colaborar para a manutenção de um meio ambiente equilibrado.

Palavras-chave: Tutela. Direito ambiental. Garimpo. Poluição ambiental. Mercúrio. Rio Madeira. Responsabilidade civil do estado. Estado de Rondônia.

ABSTRACT

The balanced environment, understood as everything that surrounds us, whether artificial, natural, work or cultural, is supported by Brazilian legislation, being elevated to a fundamental human right, guaranteeing present and future generations. Alongside the collectivity, the State is responsible for protecting the environmental good, and should always seek to promote the prevention of the existence of damage. Prevention is, therefore, an imperative measure for the State. However, taking into account that we live in a society of risks, it cannot be said, with complete certainty, that every environmental disturbance can be avoided. It is from there that environmental civil liability emerges, as an instrument for coping with the injury or potential damage to the environmental good, when the prevention mechanisms do not prove to be efficient, it becomes possible to impose on the State the duty of reparation by the damage to the environment, upon prior analysis of the existence of action or omission by the Government. In view of this, this work had the objective of verifying the environmental civil liability of the State of Rondônia in the hypothesis of the existence of environmental damage caused by the pollution of mercury deposited in the basin of the Madeira

River, resulting from the mining activity over the years. An exploratory descriptive research was carried out on the subject. The general analysis is focused on the study of the civil liability of the State for damages caused to the environment. The focus is on the civil liability of the State of Rondônia, with prepositions that aim to help maintain a balanced environment.

Keywords: Guardianship. Environmental law. Mining. Environment pollution. Mercury. Madeira River. Civil liability of the State. State of Rondônia.

Texto completo em PDF

Integralização da agenda 2030, resultados e perspectivas: um estudo de caso na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

Jucilene Nogueira Romanini Mattiuzzi

Ilma Ferreira de Brito

Neuma Oliveira Souto Dória

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MATTIUZI, Jucilene N.R; BRITO, Ilma F.; DÓRIA, Neuma O.S. **Integralização da agenda 2030, resultados e perspectivas:** um estudo de caso na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MATTIUZI, Jucilene N.R; BRITO, Ilma F.; DÓRIA, Neuma O.S. **Integralização da agenda 2030, resultados e perspectivas:** um estudo de caso na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A Agenda 2030 é um plano de ação global que visa garantir o cumprimento dos direitos humanos de todas as pessoas. Considerando esse objetivo da referida Agenda, este estudo analisou práticas da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), signatária do Pacto

Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, de cunho descritivo e procedimento bibliográfico. Os dados foram coletados por meio de consulta a documentos do sistema EscolaWeb, que permitiu a identificação de um conjunto de ações que foram desenvolvidas e que podem servir de boas práticas para outras instituições. O resultado do estudo demonstrou que a proteção ao meio ambiente é responsabilidade de toda a sociedade, e a Emeron assumiu esse compromisso enquanto promotora dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que congregam um esforço global de não deixar ninguém para trás. Também, será demonstrado que, de um modo geral, a instituição tem atuado e se voltado ao crescimento das habilidades humanas, à construção de um ambiente laboral e educacional diverso e humanizado, além de promover ações a fim de minimizar a discriminação e as desigualdades. Por fim, é importante registrar que, ao divulgar as ações da Emeron e sua harmonia com a Agenda 2030, este artigo estará contribuindo para a territorialização dos ODS.

Palavra-Chave: Pacto global da ONU. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Integração da Agenda 2030. Emeron. Resultados e perspectivas.

ABSTRACT

The 2030 Agenda is a global agenda that aims to ensure the fulfillment of human rights for all people. The study analyzed practices of the School of Magistracy of the State of Rondônia (Emeron), a signatory of the Global Compact of the United Nations (UN), which contribute to the implementation of the Sustainable Development Goals in its teaching, research and extension activities. For the development of the research, a qualitative, descriptive approach and bibliographic procedure were used. Data were collected by consulting documents from the EscolaWeb system, which allowed the identification of a set of actions that were developed and that can serve as good practices for other institutions. The result of the study will demonstrate that protecting the environment is everyone's responsibility, and Emeron has made this commitment as a promoter of the 17 Sustainable Development Goals, which brings together a global effort to not leave anyone behind. It will also be shown that, in general, the institution has acted and focused on the growth of human skills, the construction of a diverse and humani-

zed work and educational environment, in addition to promoting actions to reduce discrimination and inequalities. Finally, it is important to note that by disclosing Emeron's actions and its harmony with the 2030 Agenda, this article is contributing to the territorialization of the SDGs.

Keywords: UN Global Compact. Sustainable development goals. Integration of the 2030 Agenda. Emeron. Results and perspectives.

[Texto completo em PDF](#)

As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental

Juiliano Telles Adriano

Miguel Mônico Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

ADRIANO, Juliano T. **As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

ADRIANO, Juliano T. **As particularidades da tutela provisória de urgência no processo coletivo ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar como são analisados os requisitos da tutela provisória de urgência no processo envolvendo a temática ambiental, identificando-se as peculiaridades envolvendo a matéria e a eficácia em processos que buscam sua proteção, a partir da proposta prevista na própria Constituição Federal de 1988 e da aplicação da tutela jurisdicional de precaução. Destaca-se no estudo a necessidade de analisar o tema na sua perspectiva de direito fundamental ao

meio ambiente equilibrado e sob a ótica do princípio da precaução, frente à regra que exige certo grau de certeza (juízo de probabilidade) para concessão de uma tutela provisória, o que pode ser ineficaz para a prevenção de determinados riscos e danos ao meio ambiente. Na oportunidade, buscou-se enfatizar a importância de observar o princípio da precaução na análise dos requisitos da tutela de urgência no processo judicial que almeja proteger o meio ambiente e, ainda, identificar os cenários de (in)aplicação das peculiaridades da norma ambiental em situações de tutela de urgência no processo judicial envolvendo a matéria, bem como as consequências. O estudo mostrou que, nos processos judiciais envolvendo a tutela coletiva do meio ambiente, o exame de medidas de urgência em matéria ambiental milita em favor da proteção do meio ambiente, sob pena de provocar consequências prejudiciais graves ou irreversíveis ao direito fundamental das presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Ambiental. Direito fundamental. Precaução. Tutela provisória.

ABSTRACT

The aim of this work was to verify how the requirements of urgent provisional relief in the process involving the environmental theme are analyzed, identifying the peculiarities involving the matter and the effectiveness in processes that seek its protection, based on the proposal provided for the Federal Constitution itself of 1988 and the application of the judicial protection of precaution. The study highlights the need of analyzing the issue from its perspective of fundamental right to a balanced environment and from the perspective of the precautionary principle, given the rule that requires a certain degree of certainty (judgement of probability) for the granting of provisional guardianship, which may be ineffective in preventing certain risks and damage to the environment. On that occasion, we sought to emphasize the importance of observing the precautionary principle in the analysis of the requirements of urgent protection in the judicial process that aims to protect the environment, and also to identify scenarios of (in) application of the peculiarities of the environmental standard in emergency relief situations in the judicial process involving the matter, as well as the consequences. The study displays that, in legal proceedings involving collective protection of the environment, the examination of urgent measures in environmental matters militates in favor of the protection of the environment, under penalty of causing serious or ir-

reversible harmful consequences to the fundamental right of present and future generations.

Keywords: Environmental. Fundamental right. Precaution. Provisional guardianship.

[Texto completo em PDF](#)

O descarte de produtos eletroeletrônicos no brasil e seu Alcance frente às diretrizes impostas na lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010

Laura Brandhuber Cardoso

Nilton Alves da Silva

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

CARDOSO, L.B.; SILVA, Nilton A. da. **O descarte de produtos eletroeletrônicos no brasil e seu Alcance frente às diretrizes impostas na lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

CARDOSO, L.B.; SILVA, Nilton A. da. **O descarte de produtos eletroeletrônicos no brasil e seu Alcance frente às diretrizes impostas na lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar como a logística reversa dos produtos eletroeletrônicos foi implementada no Brasil através da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e quais as implicações decorrentes da regulamentação tardia. Destaca-se no estudo a necessidade do tema estar presente na formação da sociedade uma vez que o consumo de produtos eletrônicos é cada vez maior, sendo de grande rele-

vância abordar o Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020 que regulamentou a obrigatoriedade de implementação dos sistemas de logística reversa no que diz respeito ao descarte de tais produtos eletrônicos. Por tratar-se de legislação nova, muitas são as dúvidas a seu respeito, sendo o presente estudo, um instrumento apto a estudar o decreto em questão, suas implicações no que diz respeito a responsabilidade compartilhada de todos os agentes envolvidos na cadeia de consumo daqueles produtos e seus componentes, assunto ainda pouco comentado no meio acadêmico. Na oportunidade buscou-se ainda, contextualizar o tema logística reversa, apresentar os danos decorrentes do descarte irregular, benefícios e as dificuldades em sua instituição bem como demonstrar de que forma o acesso, ou a falta de acesso, aos sistemas de logística reversa de tais produtos, contribui para um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O estudo mostrou que ocorreu lapso considerável desde a criação do instituto da logística reversa e a sua regulamentação por meio do Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020.

Palavras-chave: Logística reversa. Lixo eletrônico. Reciclagem. Regulamentação tardia. Responsabilidade compartilhada

ABSTRACT

The objective of this study was to verify how reverse logistics for electro-electronic products was implemented in Brazil via Law nº 12,305 of 2 August 2010 and what are the implications arising from the late regulation. The study highlights the need for the theme to be present in the formation of society since the consumption of electronic products is increasing, and it is of great relevance to address Decree No. 10,240 of February 12, 2020 which regulated the mandatory implementation of reverse logistics systems with regard to the disposal of such electro-electronic products. Since this is new legislation, there are many doubts concerning it, and this study is an instrument capable of studying the decree in question and its implications in as much as the shared responsibility of all agents involved in the consumption chain of those products and their components is concerned, a matter that is still little commented upon in the academic environment. On this occasion we also sought to contextualize the reverse logistics theme, present the damage arising from irregular disposal, the benefits and difficulties in its institution as well as to demonstrate how access, or lack of access,

to reverse logistics systems for such products contributes to an ecologically balanced environment. The study showed that a considerable lapse has occurred since the creation of the institute of reverse logistics and its regulation through Decree No. 10,240 of February 12, 2020.

Keywords: Reverse logistics. Spam. Recycling. Late regulation. Shared responsibility.

[Texto completo em PDF](#)

A comercialização dos créditos de carbono da RESEX do Rio Cautário e o princípio da dignidade da pessoa humana

Lucas Niero Flores

Duília Scrott Reis

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

FLORES, Lucas N.; REIS, Duília S. **A comercialização dos créditos de carbono da RESEX do Rio Cautário e o princípio da dignidade da pessoa humana.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

FLORES, Lucas N.; REIS, Duília S. **A comercialização dos créditos de carbono da RESEX do Rio Cautário e o princípio da dignidade da pessoa humana.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo verificar a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana com a venda de créditos de carbono na RESEX do Rio Cautário, localizada no Município de Costa Marques, Unidade Federativa do Estado de Rondônia, Amazônia Ocidental. Destaca-se no estudo a realização de chamamento público de empresas interessadas na comercialização dos créditos de carbono gerados pela floresta existente na RESEX, mas, em contrapartida, a implantação de benefícios financeiros e sociais para os moradores da comunidade tradicional. O estudo mostrou que há possibilidade de lucro na venda dos

créditos de carbono com a efetivação da dignidade da pessoa humana, em sua dimensão comunitária ou social. A pesquisa assumiu caráter qualitativo, uma vez que verificou a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, em sua dimensão comunitária ou social, especificamente com os moradores tradicionais da RESEX do Rio Cautário. Inicialmente conceituou o significado de crédito de carbono, inclusive com a sua importância socioambiental corporativa; após, a Reserva do Rio Cautário foi apresentada e, em seguida, a ideia inovadora de comercialização dos créditos de carbono dessa unidade ambiental sob a vertente do princípio da dignidade da pessoa humana. Utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, através da base lógico indutiva.

Palavras-chave: Direito ambiental. Créditos de carbono. Dignidade da pessoa humana. Reserva extrativista. Amazônia Ocidental.

ABSTRACT

The purpose of this study was to verify the observance of the principle of human dignity, concomitantly with the trade of carbon credits in the Cautário River's extractive reserve (RESEX), located in the municipality of Costa Marques, in the Federative Unit of the State of Rondônia, Western Amazon. The study highlights the holding of public calls for companies interested in the carbon credits generated by the RESEX's forest, but also in the implementation of financial and social benefits for the inhabitants of the traditional community, as compensation. The study revealed that it is possible to profit from the trade of carbon credits and to reify the human dignity, either in its community or social dimensions. The present research had a qualitative character, as it investigated the enforcement of the principle of human dignity, either in its community or social dimensions, particularly with the Cautário River's traditional residents. First, the concept of carbon credit was described, including its socio-environmental and corporate importance; subsequently, the Cautário River's Reserve was presented and, lastly, the innovative idea of trading the carbon credits of this environmental unit, from the perspective of the principle of human dignity. The bibliographic research approach was used, followed by inductive logical analysis.

Keywords: Environmental law. Carbon credits. Human dignity. Extractive Reserve. Western Amazon.

Texto completo em PDF

Valoração de danos ambientais decorrentes de lançamento de esgoto sem tratamento em manancial hídrico

Lucia Helena Quadros Vieira de Mattos

Fabio Ximenes da Silva

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MATTOS, Lucia H.Q.V. de; SILVA, Fabio X. da. **Valoração de danos ambientais decorrentes de lançamento de esgoto sem tratamento em manancial hídrico.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MATTOS, Lucia H.Q.V. de; SILVA, Fabio X. da. **Valoração de danos ambientais decorrentes de lançamento de esgoto sem tratamento em manancial hídrico.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Na visão do antropocentrismo, em nome do “desenvolvimento”, cada vez mais o homem tem explorado os recursos naturais de forma indiscriminada, e a natureza por sua vez não consegue renovar as fontes atingidas por tal degradação. Assim, frequentemente, os crimes ambientais chegam ao judiciário onde os operadores do Direito necessitam da perícia e da valoração ambiental para subsidiar suas decisões. Há inúmeros métodos de valoração ambiental, alguns desenvolvidos especificamente e outros que podem ser aplicados em diferentes si-

tuações. O presente trabalho tem por objetivo aplicar o do Método do DEPRN em associação aos conceitos da NBR 14.653 -6/2008 para o caso específico de lançamento de esgoto hospitalar in natura, em corpo hídrico. A metodologia adotada foi a exploratória de caráter qualitativo, onde a partir dos registros de acompanhamento da atividade, extraiu-se os dados necessários para inserção no método avaliado. O resultado obtido no cálculo de valoração do dano ambiental demonstrou que a aplicação do método avaliado é viável e adequada quando se trata de realização de cálculos para fins de indenização, envolvendo casos de lançamento de substâncias poluentes/esgoto sem o devido tratamento, em corpos hídricos. No caso estudado, foi considerado um período de funcionamento do Hospital, durante 78 meses, sem licenciamento ambiental e sem funcionamento efetivo de uma Estação de Tratamento de Esgoto Compacta - ETEC, utilizando-se do método de valoração escolhido estimamos o valor de R\$ 5.956.505,04 (cinco milhões novecentos e cinqüenta e seis mil quinhentos e cinco reais) a ser pago, a título de indenização pelos danos ambientais causados. O valor deverá ser aplicado em ações de recuperação do manancial hídrico, como também, em educação ambiental, fomentando e disseminando os fundamentos acerca do desenvolvimento sustentável a fim de preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

Palavras-chave: Valoração de danos ambientais. Métodos de valoração. Lançamento de esgoto hospitalar sem tratamento. Direito ecológico.

ABSTRACT

In the view of anthropocentrism, in the name of “development”, man has increasingly exploited natural resources indiscriminately, and nature, in turn, is unable to renew the sources affected by such degradation. Thus, environmental crimes often reach the judiciary, where the legal practitioners need expertise and environmental valuation to support their decisions. There are numerous methods of environmental valuation, some specifically developed and others that can be applied in different situations. This work aims to apply the DEPRN Method in association with the concepts of NBR 14.653 -6/2008 for the specific case of discharge of hospital sewage in natura, into a water body. The adopted methodology was the exploratory qualitative character, where from the records of monitoring of the activity, the necessary data for insertion in the evaluated method were extracted. The result obtained in the environmental damage valuation calculation showed that the application of the evaluated method is feasible and adequate when it comes

to carrying out calculations for indemnity purposes, involving cases of discharge of polluting substances/sewage without proper treatment, into water bodies. In the studied case, it was considered a operation period of the hospital, for 78 months, without environmental licensing and without effective operation of a Compact Sewage Treatment Plant - ETEC, using the chosen valuation method, we estimated the value of R\$5.956.505,04 (five million, nine hundred and fifty-six thousand, five hundred and five reais) to be paid, as compensation for the environmental damage caused. The amount should be applied in actions to recover the water source, as well as in environmental education, promoting and disseminating the fundamentals about sustainable development in order to preserve the environment for future generations.

Keywords: Environmental damage valuation. Valuation methods. Release of untreated hospital sewage. Ecological law.

Texto completo em PDF

Regularização fundiária em Rondônia: vantagens, desafios e impactos na proteção ambiental

Luís Delfino César Júnior

Inês Moreira da Costa

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

CÉSAR JÚNIOR, Luís D.; COSTA, Inês M. **Regularização fundiária em Rondônia:** vantagens, desafios e impactos na proteção ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

CÉSAR JÚNIOR, Luís D.; COSTA, Inês M. **Regularização fundiária em Rondônia:** vantagens, desafios e impactos na proteção ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A garantia constitucional do direito à propriedade com a regularização fundiária pode contribuir de forma efetiva para a defesa e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, este estudo estabelece como problema: quais os desafios para implementação da titulação ao ocupante de terra rural e tem como objetivo geral analisar as principais

contribuições da regularização fundiária na proteção do meio ambiente. Assim, busca conceituar regularização fundiária, função social da propriedade e proteção ao meio ambiente e apresentar parâmetros para que o homem do campo adquira o título de sua área, e também apresentar os principais impactos derivados da inexistência de titulação das áreas. A partir de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, com base em fontes secundárias e abordagem qualitativa dos dados, o texto demonstra que a criação de uma governança fundiária como política de regularização fundiária, com quadros institucionais e legais e com definição de processos e medidas necessárias à regularização fundiária é fundamental como contribuição para a proteção ao meio ambiente.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Função social da propriedade. Proteção ambiental.

ABSTRACT

The constitutional warrant of the right to property with land title regularization can effectively contribute to the defense and preservation of the environment. For that matter, this study establishes as a problem: what are the challenges for the implementation of titling to the occupant of rural land and its general objective is to analyze the main contributions of land tenure regularization in the protection of the environment. So, it seeks to conceptualize land tenure, property social function and environment protection, and to present parameters for rural people to acquire the title of their area, and also to present the main impacts derived from the lack of title of the areas. From an applied, exploratory research, based on secondary sources and a qualitative approach of the data, the passage demonstrates that the creation of land governance as a land regularization policy, with institutional and legal frameworks and with the definition of processes and measures necessary for land title regularization is essential as a contribution to environmental protection.

Keywords: Land regularization. Social function of property. Environmental protection.

Texto completo em PDF

Estimativa de custos para reflorestamento de áreas de pastagens degradadas no município de Jaru, Estado de Rondônia, Brasil

Luís Marcelo Batista da Silva

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SILVA, Luís M.B. da. **Estimativa de custos para reflorestamento de
áreas de pastagens degradadas no município de Jaru, Estado de
Rondônia, Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SILVA, Luís M.B. da. **Estimativa de custos para reflorestamento de
áreas de pastagens degradadas no município de Jaru, Estado de
Rondônia, Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Na região amazônica, particularmente, o Estado de Rondônia ocupa a terceira posição entre as unidades federativas com maior índice de desmatamento até 2021, o que acarreta enormes impactos para além de seu território e bioma. Devido ao incentivo de programas de colonização, o bioma da maior floresta tropical do mundo sofreu severos danos de forma extensa e diversa. Nesse contexto de desmatamento, destacam-se os municípios do estado de Rondônia, entre eles, Jaru,

onde a BR-364 proporcionou grande impacto socioambiental, pois passou por vários processos de alteração da sua cobertura vegetal desde a década de 1970, início da colonização da região. Essas alterações promoveram cerca de 70% de perda de floresta nativa, o que acarretou vários problemas: a perda da quantidade e qualidade da água, o assoreamento dos rios e o empobrecimento do solo, entre outros. No entanto, a falta de referências para elaboração de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) e a falta de valoração dos custos necessários para recuperar um hectare dessas mesmas áreas são uma dificuldade que os proprietários rurais encontram na recuperação de delas. Dessa maneira, o objetivo desse estudo consistiu em elaborar um PRAD com estimativa de custos para recuperação por hectare da área de floresta tropical degradada pelo desmatamento e pelas queimadas para conversão do uso da terra em projetos de agroindústria e pecuária extensiva, no Município de Jaru, que está inserido em uma região de média degradação, no Estado de Rondônia, que ocupa a terceira posição na lista dos estados brasileiros que mais desmatam, pertencente à Amazônia Legal. Baseado e adaptado ao modelo de PRAD preconizado pelo IBAMA (2011, atualizado em 2018), elaborou-se um PRAD do tipo silvipastoril, cuja duração é de três anos, porquanto a principal atividade econômica do município é a pecuária. De posse dos valores pesquisados para cada item do PRAD, foi estimado o custo de recuperação de uma área de um hectare de pastagem degradada, tendo sido encontrado o valor final de R\$ 28.591,90. Para a implantação (primeiro ano), estimou-se um custo de \$ 19.434,00, que corresponde a 68% do total; para a manutenção, durante os dois anos subsequentes, estimou-se um custo de R\$ 9.157,90, correspondente a 32%. O presente estudo permitiu concluir que o sistema agroflorestal do tipo silvipastoril, associado à pecuária de corte ou leiteira, constitui atividade econômica mais rentável para o agricultor do que o sistema de pecuária convencional. O reflorestamento deve ser feito, preferencialmente, com espécies nativas do bioma típico da região onde for instalado, mas podem ser empregados o eucalipto (exótica) ou outras espécies. Considerem-se ainda os benefícios para a preservação ambiental. Os sistemas silvipastoris são multifuncionais, nos quais existe a possibilidade de intensificar a produção pelo manejo integrado dos recursos naturais, e evitam, desse modo, sua degradação, além de recuperar sua capacidade produtiva. Por exemplo, a criação de animais com árvores dispersas na pastagem, árvores em divisas, em linhas ou em barreiras de quebra-ventos podem reduzir a erosão, melhorar a conservação da água, reduzir a necessidade de fertilizantes minerais, capturar e fixar carbono, diversificar a produção, aumentar a renda e a biodiversidade, bem como melhorar o conforto dos animais.

Palavras-chave: Desmatamento. Degradação ambiental. Preservação ambiental. Recuperação de pastagens. Sistema silvipastoril.

ABSTRACT

In the Amazon region, particularly, the State of Rondônia occupies the third position among the federative units with the highest rate of deforestation until 2021, which entails enormous impacts beyond its territory and biome. Due to the encouragement of colonization programs, the largest tropical forest biome in the world has suffered extensive and diverse damage. In this context of deforestation, the municipalities of the state of Rondônia stand out, among them Jaru, where the BR- 364 provided a great socio-environmental impact, as it went through several processes of alteration of its vegetation cover since the 1970s, the beginning of colonization Of region. These alterations promoted around 70% of native forest loss, which caused several problems: the loss of water quantity and quality, river siltation and soil impoverishment, among others. However, the lack of references for the elaboration of Degraded Areas Recovery Programs (PRADs) and the lack of valuation of the costs necessary to recover one hectare of these same areas are a difficulty that rural landowners face in recovering them. Thus, the objective of this study was to prepare a PRAD with estimated costs for recovery per hectare of the tropical forest area degraded by deforestation and fires for conversion of land use in agroindustry and extensive livestock projects, in the Municipality of Jaru, which is located in a region of medium degradation, in the State of Rondônia, which occupies the third position in the list of Brazilian states that deforest the most, belonging to the Legal Amazon. Based on and adapted to the PRAD model recommended by IBAMA (2011, updated in 2018), a silvopastoral-type PRAD was prepared, whose duration is three years, as the main economic activity of the municipality is livestock. With the values researched for each item in the PRAD, the cost of recovering an area of one hectare of degraded pasture was estimated, with a final value of R\$28,591.90. For the implementation (first year), it was estimated a cost of \$19,434.00, which corresponds to 68% of the total; for maintenance, during the two subsequent years, it was estimated a cost of R\$ 9,157.90, corresponding to 32%. The present study allowed us to conclude that the silvopastoral type agroforestry system, associated with beef or dairy cattle raising, is a more profitable economic activity for the farmer than the conventional cattle raising system. Reforestation should preferably be done with species native to the typical biome of the region where it is installed, but eucalyptus

(exotic) or other species can be used. Also consider the benefits for environmental preservation. Silvipastoral systems are multifunctional, in which there is the possibility of intensifying production through the integrated management of natural resources, thus preventing their degradation, in addition to recovering their productive capacity. For example, raising animals with scattered trees in the pasture, trees on borders, lines or in windbreak barriers can reduce erosion, improve water conservation, reduce the need for mineral fertilizers, capture and fix carbon, diversify production, increase income and biodiversity, as well as improve animal comfort.

Keywords: Deforestation. Ambiental degradation. Environmental preservativo. Pasture recovery. Silvopastoral system.

Texto completo em PDF

Da sanção de não retorno dos bens apreendidos em crimes ambientais

Lurdes Helena Bosa

Miguel Mônico Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

BOSA, Lurdes H.; MÔNICO NETO, Miguel. **Da sanção de não retorno dos bens apreendidos em crimes ambientais.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

BOSA, Lurdes H.; MÔNICO NETO, Miguel. **Da sanção de não retorno dos bens apreendidos em crimes ambientais.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

A Lei de Crimes Ambientais e o Decreto nº 6.514/2008 contêm regras próprias sobre a apreensão, o destino e o perdimento dos produtos e instrumentos relacionados com os crimes e as infrações administrativas ambientais, sendo o objetivo deste trabalho a demonstração de que a adequada interpretação e aplicação dessas regras pode (e deve) se apresentar como uma sanção ótima para os delitos ambientais.

Palavras-chave: Crimes e infrações administrativas ambientais. Apreensão. Destinação. Perdimento. Restituição. Não retorno. Produtos e instrumentos do crime. Interpretação.

ABSTRACT

The Environmental Crime Law and the Decree n. 6,514/2008 comprise their own rules regarding the seizure, destination and loss of products and instruments related to environmental crimes and administrative offenses. The purpose of this study is to demonstrate that the appropriate interpretation and enforcement of these rules can (and should) represent an optimal penalty for environmental offenses.

Keywords: Environmental crimes and administrative offenses. Seizure. Destination. Loss. Restitution. No return. Fruits and instruments of crime. Interpretation.

Texto completo em PDF

Poder Judiciário na conscientização e preservação ambiental

Marisa de Almeida

Inês Moreira da Costa

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

ALMEIDA, Marisa; COSTA, Inês M. da. **Poder Judiciário na conscientização e preservação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

ALMEIDA, Marisa; COSTA, Inês M. da. **Poder Judiciário na conscientização e preservação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o desenvolvimento do tratamento jurídico do meio ambiente à luz do ordenamento brasileiro, com ênfase no período posterior à Constituição da República Federativa de 1988 e nos aspectos principiológicos atrelados à preservação e proteção ambiental. Na oportunidade, buscou-se contextualizar a linha evolutiva do meio ambiente enquanto bem de interesse do direito, culminando em sua fase holística, em que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passa a ser considerado um direito fundamental. O trabalho ainda trouxe à discussão o papel do Poder Judiciário no atual contexto das atividades públicas voltadas à sustentabilidade,

bem como a mudança de seu enfoque de atuação, ultrapassando o caráter emoldurado de suas atividades jurisdicionais e adentrando o desenvolvimento de atividades em frentes diversas. Para ilustrar o exposto, o artigo apresentou um caso de sucesso ocorrido no Estado de Rondônia, que contou com a atuação do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em conjunto com outros poderes e com a população local da região do Vale do Guaporé – o Projeto Reciclando Hábitos. Por fim, o presente trabalho trouxe os resultados positivos relacionados à conscientização e proteção ao meio ambiente advindos do projeto em questão, fomentando a reflexão sobre a importância do papel do Poder Judiciário na preservação à luz do atual contexto de tutela jurídica deste bem.

Palavras-chave: Meio ambiente. Poder Judiciário. Preservação ambiental.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the development of the judicial approach to the environment in light of the Brazilian law, with emphasis on the period following the 1988 Constitution of the Federative Republic and on the aspects of the underlying principles related to environmental preservation and protection. On the occasion, we sought to contextualize the environment's evolutionary line as a good of interest to the law, resulting in its holistic phase, in which the right to an ecologically balanced environment is now regarded as a fundamental right. The study has also discussed the role of the Judicial Branch in the current context of public activities focused on sustainability, as well as the shift in its acting emphasis, going beyond the framed character of its jurisdictional activities and into the development of activities on different fronts. To illustrate the above, the paper presented a successful case in the State of Rondônia, jointly with other branches and the Vale do Guaporé's local population – the Recycling Habits Project (Projeto Reciclando Hábitos). Lastly, the present study disclosed the positive results regarding the environmental awareness and protection arising from the aforementioned project, encouraging reflection on the importance of the role of the Judicial Branch in preservation, in light of the current context of legal protection of this asset.

Keywords: Environment. Judicial Branch. Environmental preservation.

Texto completo em PDF

Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras

Maximiliano Darcy David Deitos
Celito de Bona

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

DEITOS, Maximilian D.D.; BONA, Celito de. **Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

DEITOS, Maximilian D.D.; BONA, Celito de. **Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Partindo da constatação que as mudanças climáticas são um fato e a atuação do juiz que atua com questões ambientais se depara com a exigência da solidariedade intergeracional, o presente artigo possui três objetivos a contemplar: o primeiro é uma reflexão crítica sobre a insignificância ou não do bem jurídico ambiental; o segundo é descrever as várias modalidades de conduta possíveis encontradas no art. 46, caput e parágrafo único da Lei n. 9.605/1998 (transporte irregular de madeira); e, finalmente, o terceiro é analisar as recentes decisões do

Superior Tribunal de Justiça, no tocante à aplicação ou não do princípio da proporcionalidade em relação ao perdimento total da madeira apreendida; apreensão do veículo utilizado como instrumento do crime; ausência de direito subjetivo à condição de depositário fiel do bem utilizado como instrumento no transporte irregular de madeira. Para tanto, se utilizará, como se pôde perceber, do método analítico descritivo, com base na experiência empírica do autor como titular da Vara do Juizado Especial Criminal de Ji-Paraná/RO.

Palavras-Chaves: Mudanças climáticas; Transporte irregular de madeira; Apreensão de veículo; Perda da madeira apreendida.

ABSTRACT

Based on the observation that climate change is a fact and the role of the judge who works with environmental issues is faced with the requirement of intergenerational solidarity, this article embraces three objectives: the first is to provide a critical account on the insignificance or not of environmental legal asset; the second is to describe the various possible modes of conduct found in art. 46, caput and sole paragraph of Law 9,605/1998 (irregular timber transportation); and, finally, the third is to analyze the recent decisions by the Superior Court of Justice, regarding the application or not of the principle of proportionality in relation to the total loss of the seized wood; seizure of the vehicle used as an instrument of crime; absence of subjective right to the condition of faithful depositary of the good used as an instrument in the irregular transport of wood. For this purpose, the descriptive and analytical method, will be used, as noted, based on the author's empirical experience as presiding judge of the Special Criminal Court of Ji-Paraná/RO.

Keywords: Climate changes; Irregular transport of wood; Vehicle seizure; Loss of seized wood.

Texto completo em PDF

Invasões em reservas extrativistas: análise das características e do contexto dos movimentos invasores a partir de ocupações de unidades de conservação em Machadinho do Oeste e Vale do Anari.

Naiara Ames de Castro Lazzari

Pedro Colaneri Abi-eçab

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LAZZARI, Naiara A. de C.; ABI-EÇAB, Pedro C. **Invasões em reservas extrativistas:** análise das características e do contexto dos movimentos invasores a partir de ocupações de unidades de conservação em Machadinho do Oeste e Vale do Anari. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LAZZARI, Naiara A. de C.; ABI-EÇAB, Pedro C. **Invasões em reservas extrativistas:** análise das características e do contexto dos movimentos invasores a partir de ocupações de unidades de conservação em Machadinho do Oeste e Vale do Anari. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho é voltado à análise do contexto dos movimentos invasores em Unidades de Conservação de Uso Sustentável na modalidade Reserva Extrativista, em especial aqueles decorrentes de recentes invasões nos municípios de Machadinho do Oeste e Vale do Anari, situados na região do Vale do Jamari, estado de Rondônia, objetivando-se conhecer e expor as pressões e ameaças às áreas protegidas, além das circunstâncias que permeiam essas invasões. Destaca-se a necessidade de o tema ser objeto de reflexão por todos os atores envolvidos nas políticas públicas relacionadas à problemática, visto que são crescentes as pressões em áreas públicas protegidas que possuem funções ambientais, sociais e culturais relevantes para a coletividade. Para tanto, buscou-se, através do método de raciocínio dedutivo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, abordar o tema por meio da apresentação da legislação e da doutrina afeta às unidades de conservação, em que consistem as Reservas Extrativistas existentes nas localidades analisadas, quais suas características e o contexto de suas invasões recentes, bem como os movimentos tendentes a interferir na regularidade destas áreas. Em suma, constatou-se que a ocupação desordenada do estado de Rondônia, a histórica omissão na proteção adequada das Reservas Extrativistas, a insuficiente regularização fundiária, além de iniciativas legislativas que enfraquecem a proteção das unidades de conservação, formam um conjunto de fatores que fomentam as invasões às reservas extrativistas.

Palavras-chave: Unidade de conservação. Reservas extrativistas. Invasões. Políticas públicas.

RESUMEN

El presente estudio es dirigido al análisis del contexto de los movimientos invasores en Unidades de Conservación de Uso Sustentable en el modo Reserva Extrativista, en especial aquellos que sufrieron recientes invasiones en los municipios de Machadinho do Oeste y Vale do Anari, situados en la región del Vale do Jamari, estado de Rondônia, con objetivo de conocer y exponer las presiones y amenazas a las áreas protegidas, allá de las circunstancias que permean esas invasiones. Destacase la necesidad del tema ser objeto de reflexión por todos los actores involucrados en las políticas públicas relacionadas al problema, una vez que crece la presión en las áreas públicas protegidas que poseen funciones ambientales, sociales y culturales relevantes

para la colectividad. Así que, buscó mediante el método de raciocinio deductivo, utilizándose de pesquisa bibliográfica y documental, tratar sobre el tema por intermedio de la presentación de la legislación y de la doctrina relativa a las unidades de conservación, en qué consisten las reservas extractivistas existentes en las localidades analizadas, cuales sus características y el contexto de sus áreas. Por fin, llegó al resultado de que la ocupación desordenada del estado de Rondônia, la histórica omisión en la protección adecuada de las reservas extractivistas, la insuficiente regularización agraria, allá de las iniciativas legislativas que debilitan la protección de las unidades de conservación, forman un conjunto de factores que estimulan las invasiones a las reservas extractivistas.

Palabras Clave: Unidades de conservación. Reservas extractivistas. Invasões. Políticas Públicas.

Texto completo em PDF

Responsabilidade civil ambiental no complexo hidrelétrico do Rio Madeira: multifatores causais acerca dos danos e a incerteza científica quanto a sua extensão

Pablo Ueslei Soares da Silva
Mônica Lúcia do Nascimento Alcantara Botelho

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SILVA, Pablo U.S. da.; BOTELHO, MÔNICA L. do N.A. **Responsabilidade civil ambiental no complexo hidrelétrico do Rio Madeira: multifatores causais acerca dos danos e a incerteza científica quanto a sua extensão.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SILVA, Pablo U.S. da.; BOTELHO, MÔNICA L. do N.A. **Responsabilidade civil ambiental no complexo hidrelétrico do Rio Madeira: multifatores causais acerca dos danos e a incerteza científica quanto a sua extensão.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Esta pesquisa se destina à análise das modalidades e teorias de responsabilidade civil, aplicáveis em matéria ambiental, para, ao final, identificar qual teoria de responsabilidade civil ambiental e teoria da

causalidade seriam mais adequadas à aplicabilidade em processos judiciais que tenham como pano de fundo da pretensão os efeitos da intervenção no meio ambiente, perpetrada por projetos de grande escala como o são os das UHE's do Rio Madeira diante da concorrência de multifatores causais acerca dos danos e a incerteza científica quanto a sua extensão. Seria de grande relevância para o Judiciário rondoniense definir um parâmetro equânime de julgamento acerca deste tema, uma vez que diante da subjetividade de cada magistrado, observam-se decisões que são contraditórias ou desproporcionais se confrontadas. Alguns julgam pedidos improcedentes por entenderem que não é possível identificar o fato isolado praticado por determinado agente na composição do dano ambiental, ou por entenderem que ao caso se aplica a responsabilidade civil tradicional; outros por exigir a demonstração de causa adequada ainda que adote a responsabilidade objetiva; e ainda outros julgam procedente (*lato sensu*) com base nos princípios ambientais, principalmente o da precaução, baseados na responsabilidade objetiva lastreada no risco integral. Destarte, não existe um consenso, e diante de contrassensos não há manifestação de justiça efetiva à sociedade, tampouco aos indivíduos atingidos direta ou indiretamente pelas decisões divergentes para casos em circunstâncias idênticas. Este cenário de insegurança jurídica põe o judiciário em descrédito perante a sociedade e erige a concepção popular de ineficiência deste poder, pois não raro surgem relatos de pessoas verberando se sentirem injustiçadas com a percepção de que seu vizinho obteve "seu direito" e ela não, mesmo estando em paridade de circunstância fática.

Palavras-chave: Meio ambiente. Sociedade de risco. Proteção integral. Responsabilidade civil ambiental.

ABSTRACT

This research is intended to analyze the modalities and theories of civil liability, applicable in environmental matters, in order, at the end, to identify which theory of environmental civil liability and theory of causality would be more appropriate to the applicability in judicial process that have the background of claim the effects of intervention on the environment, perpetrated by large-scale projects such as the hydroelectric power plants on the Madeira River, in the face of the competition of multiple causal factors regarding the damage and scientific uncertainty as to its extent. It would be of great importance for the judiciary in Rondonia to define an equitable parameter for judgment on this issue, since, given the subjectivity of each magistrate, decisions are observed

that are contradictory or disproportionate when confronted. Some judge unfounded claims because they understand that it is not possible to identify the isolated fact practiced by a certain agent in the composition of the environmental damage, or because they believe that traditional civil liability applies to the case; others for demanding the demonstration of adequate cause even if it adopts objective responsibility; and still others rule it out (*lato sensu*) based on environmental principles, especially precaution, based on objective responsibility backed by full risk. Thus, there is no consensus, and in the face of nonsense there is no manifestation of effective justice to society, nor to individuals directly or indirectly affected by divergent decisions for cases in identical circumstances. This scenario of legal uncertainty puts the judiciary into disrepute before society and erect the popular conception of the inefficiency of this branch judiciary, as it is not uncommon for people to report that they feel wronged with the perception that their neighbor has obtained "his right" and she has not, even being in factual circumstance parity.

Keywords: Environment. Risk society. Full protection. Environmental civil liability.

Texto completo em PDF

Dimensão procedural do direito fundamental ao ambiente e a ética ecológica

Pedro Jorge Campos Prestes

Dimis da Costa Braga

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

PRESTES, Pedro J.C; BRAGA, Dimis da C. **Dimensão procedural do direito fundamental ao ambiente e a ética ecológica**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

PRESTES, Pedro J.C; BRAGA, Dimis da C. **Dimensão procedural do direito fundamental ao ambiente e a ética ecológica**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O artigo examina a dimensão procedural do direito fundamental ao ambiente a partir da construção de uma nova ética, a ecológica, que se assenta sobre o princípio da responsabilidade, este na perspectiva de Hans Jonas. O desenvolvimento da ética ecológica e da cidadania responsável somente é possível com a superação do paradigma antropocêntrico, segundo o qual, na visão mecanicista de mundo, oriunda dos pensamentos filosófico e científico dos séculos XVI e XVII, a natureza é apenas uma fonte inesgotável de recursos a ser explorada pelo ser humano. O processo de investigação do objeto se deu por meio de pesquisa bibliográfica, com indicação das normas do direito internacional do meio ambiente que serviram de base principiológica para consagração do tema ambiental, no que diz respeito aos

direitos de acesso à informação e de participação nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental, de diversos ordenamentos jurídicos nacionais, inclusive do Brasil. Os resultados alcançados demonstram a construção, tanto na seara doutrinária como na esfera normativa internacional, de uma ética pautada pelo reconhecimento do valor intrínseco da natureza, bem como da responsabilidade humana por essa mesma natureza, que passa da condição de fonte de recurso para elemento integrante de um sistema autopoético, no qual o ser humano também se insere, e cujas relações complexas são construídas em um contínuo processo simbótico.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito fundamental. Direito ambiental procedural. Ética antropocêntrica. Responsabilidade. Ética ecológica. Status activus processualis. Evolução cooperativa.

ABSTRACT

The article examines the procedural dimension of the fundamental right to the environment from the outline of a new ethic, the ecological one, which is based on the responsibility principle, this one from the perspective of Hans Jonas. The development of ecological ethics and responsible citizenship is only possible with the overcoming of the anthropocentric paradigm, according to which, in the mechanistic view of the world deriving from the philosophical and scientific thoughts of the 16th and 17th centuries, nature is just an inexhaustible source of resources to be exploited by the human being. The object investigation process was by the means of a bibliographical research, indicating the norms of international environmental law that served as a principle basis for enshrining the environmental topic, regarding to the rights of access to information and participation in decision-making processes in environmental matter, of several national legal orders, including Brazil. The results achieved demonstrate the construction, both in the doctrinal field and in the international normative sphere, of an ethics guided by the recognition of the intrinsic value of nature as well as the human responsibility for that same nature, which goes from being a source of resource to an integral element of an autopoietic system, in which the human being is also inserted, and whose complex relationships are built in a continuous symbiotic process.

Keywords: Human rights. Fundamental right. Procedural environmental law. Anthropocentric ethics. Responsibility. Ecological ethics. Status activus proceduralis. Cooperative evolution.

Texto completo em PDF

O crime de dano às florestas públicas no direito brasileiro

Poliane Aline Santos Lemos

Annelise Monteiro Steigleder

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LEMOS, Polianee A.S.; STEIGLEDER, Annelise M. **O crime de dano às florestas públicas no direito brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LEMOS, Polianee A.S.; STEIGLEDER, Annelise M. **O crime de dano às florestas públicas no direito brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho aborda o crime de dano às florestas públicas e tem como problema o enfrentamento do desmatamento imposto às florestas públicas no direito brasileiro. O seu objetivo principal é analisar o artigo 50-A da Lei n. 9.605/1998, que pune o desmatamento, a exploração econômica ou a degradação da floresta de domínio público, plantada ou nativa, sem a autorização do órgão competente. O método

utilizado é dedutivo e as técnicas de pesquisa são a revisão bibliográfica e jurisprudencial, com abordagem qualitativa. O artigo conclui que a criminalização do dano às florestas públicas garante efetividade à Lei n. 11.284/2006, que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e é uma estratégia adequada ao enfrentamento dos danos ambientais que ocorrem nesses espaços territoriais protegidos.

Palavras-Chave: Florestas pública. Crime ambiental. Meio ambiente.

ABSTRACT

The present study addresses the crime of damage to public forests and the problem of dealing with the deforestation inflicted to public forests in the Brazilian Law. Its main purpose is to analyze the article 50-A of the Law n. 9.605/1998, which punishes deforestation, economic exploitation or degradation of public domain forests, whether planted or native, without the authorization of the appropriate body. We used the deductive method, as well as the research techniques of bibliographic and jurisprudential reviews, with a qualitative approach. The article concludes that the criminalization of public forest damage affords effectiveness to the Law n. 11.284/2006, which deals with the management of public forests for sustainable production and is an appropriate strategy for dealing with the environmental damage that takes place within these protected territorial areas.

Keywords: Public forests, Environmental crime, Environment.

Texto completo em PDF

A amazônia brasileira é protegida pelo direito socioambiental brasileiro? Breves reflexões a partir do processo histórico de sua ocupação.

**Priscila Matzenbacher Tibes Machado
Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza**

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MACHAD, Priscila M.T.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **A amazônia brasileira é protegida pelo direito socioambiental brasileiro?: Breves reflexões a partir do processo histórico de sua ocupação.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MACHAD, Priscila M.T.; SOUZA, Úrsula G.T. de F. **A amazônia brasileira é protegida pelo direito socioambiental brasileiro?: Breves reflexões a partir do processo histórico de sua ocupação.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir da história de ocupação da Amazônia brasileira, mais especificamente da Amazônia Ocidental, se as normas socioambientais têm sido aplicadas e respeitadas, sobre tudo, considerando a relevância ambiental da Amazônia e daquilo que

a legislação ambiental dispõe como áreas de proteção ambiental. Destaca-se que o processo histórico de ocupação da Amazônia Ocidental brasileira não foi realizado sob a perspectiva da proteção ambiental, muito ao contrário, teve como foco a sua ocupação por meio do desflorestamento desenfreado e sem qualquer observância dos direitos dos povos que ocupavam a terra naquele momento e que mantinham com o ecossistema sua exploração apenas para sustento próprio e, por isso mesmo, eram(são) os seus guardiões. Buscou-se, ainda, analisar o momento atual, ano de 2021, e se as normas socioambientais de proteção de unidades de conservação e territórios indígenas estão sendo observadas pontuando a necessidade de salvaguardá-las, por se tratar de verdadeiros refúgios de proteção do ecossistema, demonstrando que a exploração sustentável e o melhor aproveitamento do quantum já desmatado é suficiente para o desenvolvimento econômico-social do território amazônico antropizado. Chama-se à atenção para a problemática fundiária, em razão da ausência e precariedade na regularização fundiária, como um problema a ser urgentemente enfrentado pelo sistema de justiça dado que têm sido facilitador do avanço do desflorestamento sobre áreas protegidas e propicia a expropriação dos povos originários e campesinos que não têm relação capitalista com a terra. Finalmente, longe de responder à indagação do título, espera-se conduzir o leitor à reflexão quanto à necessidade de se aprimorar a atuação do Estado, em todos os sentidos, para a proteção efetiva das unidades de conservação, pois são a salvaguarda do bioma amazônico e não têm recebido eficiente resguardo, apesar do direito socioambiental dispor de instrumental garantidor.

Palavras-chave: Amazônia Ocidental. Ocupação. Unidades conservação. Proteção ambiental. Desflorestamento.

ABSTRACT

This article aims to analyze, from the history of occupation of the Brazilian Amazon, more specifically the Western Amazon, if environmental standards have been applied and respected, especially considering the environmental relevance of the Amazon and what environmental legislation provides as areas of environmental protection. It is noteworthy that the historical process of occupation of the Western Brazilian Amazon was not carried out from the perspective of environmental protection, on the contrary, it focused on its occupation through rampant deforestation and without any observance of the rights of the people who occupied the land at that time and that they maintained their ex-

ploitation with the ecosystem only for their own sustenance and, for that very reason, they were its guardians. We also sought to analyze the current moment, the year 2021, and whether the environmental standards for the protection of conservation units and indigenous territories are being observed, highlighting the need to safeguard them, as they are true refuges for the protection of the ecosystem. Demonstrating that the sustainable exploration and the best use of the quantum already deforested is enough for the economic and social development of the anthropized Amazon territory. Attention is drawn to the land issue, due to the absence and precariousness of land regularization, as a problem to be urgently faced by the justice system. Finally, far from answering the title's question, it is hoped to lead the reader to reflect on the need to improve the State's performance, in all senses, for the effective protection of conservation units, as they are the safeguard of the Amazon biome and they have not received efficient protection, despite the environmental law guaranteeing instruments.

Keywords: Western Amazon. Occupation. Conservation units. Environmental protection. Deforestation.

Texto completo em PDF

Justiça constitucional e juiz ativ(o)(vista) como dever em matéria ambiental

Rogério Montai de Lima
Ivens dos Reis Fernandes

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

LIMA, Rogério M. de; FERNANDES, Ivens dos R. **Justiça constitucional e juiz ativ(o)(vista) como dever em matéria ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

LIMA, Rogério M. de; FERNANDES, Ivens dos R. **Justiça constitucional e juiz ativ(o)(vista) como dever em matéria ambiental.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO:

No Estado Constitucional a supremacia da Constituição Federal coloca o órgão incumbido da jurisdição constitucional em um papel destacado e diferenciado e o Poder Judiciário é chamado para resolver questões que envolvam implementação de política pública a questões sociais, inclusive ambientais. Assim, é exigível do Judiciário, em alguns casos, impor determinadas condutas, desde que afinada com direitos fundamentais, de interesse coletivo e políticas públicas diretamente decorrentes do texto constitucional, pois traduz-se em dever do Estado, do qual o Judiciário é poder/ função precípua. É preciso assegurar a credibilidade das instituições públicas, em especial do Poder Judiciário, quanto à visibilidade e transparência de seus atos, diretamente relacio-

nados com a adoção tempestiva de medidas adequadas e eficazes associadas à base empírica concreta do texto constitucional, tais como a preservação do meio ambiente, dos direitos humanos e fundamentais. Não se pode permitir, após uma história de lutas pela igualdade das partes e dos poderes, onde ditaduras foram prostradas pelo anseio de uma justiça idônea, retroceder-se a ponto de permitir que iniquidades emanem de quem tem o dever de assegurar o justo, sobretudo, para deixar equilíbrio para presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Jurisdição constitucional. Ativismos. Omissão legislativa. Direitos fundamentais. Meio ambiente.

ABSTRACT

In the Constitutional State, the supremacy of the Federal Constitution places the body in charge of constitutional jurisdiction in an outstanding and differentiated role, and the Judiciary Branch is called upon to resolve issues involving the implementation of public policy on social issues, including environmental ones. Thus, it is required of the Judiciary, in some cases, to impose certain conduct, provided that it is in tune with fundamental rights, collective interest and public policies directly arising from the constitutional text, as it translates into a duty of the State, of which the Judiciary is power/ primary function. It is necessary to ensure the credibility of public institutions, especially the Judiciary, regarding the visibility and transparency of their acts, directly related to the timely adoption of adequate and effective measures associated with the concrete empirical basis of the constitutional text, such as the preservation of the environment environment, human and fundamental rights. After a history of struggles for equality of parties and powers, where dictatorships were prostrated by the yearning for a suitable justice, cannot be allowed to go back to the point of allowing inequities to emanate from those who have the duty to ensure the just, above all , to leave balance for present and future generations.

Keywords: Constitutional jurisdiction. Activisms. Legislative omission. Fundamental rights. Environment.

Texto completo em PDF

A Transação penal como Instrumento para a resolução dos crimes ambientais

Skarlat Lohayne Moraes Alves

Flávio Estevão Neto

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

ALVES, Skarlat L.M.; ESTEVÃO NETO, Flávio. **A Transação penal como Instrumento para a resolução dos crimes ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

ALVES, Skarlat L.M.; ESTEVÃO NETO, Flávio. **A Transação penal como Instrumento para a resolução dos crimes ambientais**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar se a aplicação do instituto da transação penal como instrumento para resolução de crimes ambientais possui efetividade, pois se trata de um assunto sensível e de suma importância, já que um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e por leis infraconstitucionais. O presente trabalho discute a aplicação do instituto despenalizador da transação penal em crimes ambientais, argumentando se é producente aplicá-la a crimes dessa natureza, levando-se em consideração a importância desse bem jurídico fundamental que garante a existência dos seres vivos. Tratando-se de um bem jurídico fundamental, a sua proteção deve ser garantida por todos os meios possíveis, incluindo a aplicação da transação penal.

dico fundamental para a sociedade e protegido pela Carta Magna de 1988, denota-se que o assunto é de extrema importância na atualidade, em que os cidadãos se responsabilizam administrativa, civil e penalmente pelos danos causados. Tratando-se da metodologia utilizou-se o método indutivo, a técnica da pesquisa bibliográfica, do fichamento das obras e dos conceitos operacionais. O resultado obtido atesta a possibilidade e a importância da aplicação do instituto da transação penal, já que o nominado mecanismo é aplicado em crimes de pequeno potencial ofensivo. Contudo, sob o ponto de vista subjetivo, degradar o meio ambiente na atualidade, diante de eventos climáticos extremos, como estiagens prolongadas, fortes tempestades e fortes ondas de calor ou frio interno, não pode ser considerado crime de pequeno potencial ofensivo, já que o cenário atual é preocupante e revela os efeitos devastadores da ação do homem sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: Meio ambiente. Crimes ambientais. Transação penal. Menor potencial ofensivo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze whether the application of the criminal transaction institute as an instrument for solving environmental crimes is effective, as it is a sensitive and extremely important issue, since an ecologically balanced environment is a fundamental right guaranteed by the Constitution. Federal of 1988 and by infra-constitutional laws. This paper discusses the application of the criminal transaction decriminalizing institute in environmental crimes, arguing if it is productive to apply it to crimes of this nature, considering the importance of this fundamental legal asset that guarantees the existence of living beings. Since it is a fundamental legal asset for society and protected by the Magna Carta of 1988, it is noted that the subject is of extreme importance today, in which citizens are administratively, civilly and criminally responsible for the damage caused. Regarding the methodology, the inductive method was used, the technique of bibliographical research, the registration of works and operational concepts. The result obtained attests to the possibility and importance of applying the criminal transaction institute, since the so-called mechanism is applied to crimes with a small offensive potential. However, from a subjective point of view, degrading the environment today, in the face of extreme weather events, such as prolonged droughts, strong storms and strong internal heat or cold waves, cannot be considered a crime of small offensive potential, since the current scenario is worrying and reveals the devas-

tating effects of human action on the environment.

Keywords: Environment. Environmental crimes. Criminal transaction. Less offensive potential.

Texto completo em PDF

Desenvolvimento sustentável por meio do incentivo tributário: a necessidade de instrumentalização dos tributos em prol da preservação do meio ambiente

Uérlei Magalhães de Moraes

Inês Moreira da Costa

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

MARAIS de, Uérlei M.; COSTA, Inês M. da. **Desenvolvimento sustentável por meio do incentivo tributário:** a necessidade de instrumentalização dos tributos em prol da preservação do meio ambiente. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

MARAIS de, Uérlei M.; COSTA, Inês M. da. **Desenvolvimento sustentável por meio do incentivo tributário:** a necessidade de instrumentalização dos tributos em prol da preservação do meio ambiente. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Desfrutar de um meio ambiente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, não apenas dessa geração como também das próximas. Partiu-se dessa premissa para a realização do presente trabalho, assim como da ideia de que meio ambiente é bem jurídico a ser tutelado pelas mais diversas áreas do direito, inclusive pelo direito tributário. A tributação extra-

fiscal, ou não, impõe restrições aos particulares, fundamentalmente em relação à propriedade e à liberdade, daí a possibilidade de conflitosidade entre o interesse na utilização extrafiscal do tributo e o direito dos contribuintes, em especial, a isonomia tributária. Dentro do marco de referência exposto, a obra pretende ser um convite para a reflexão e discussão do tema da tributação ambiental, com o intuito de aprofundar o estudo dos alcances da extrafiscalidade tributária como uma das possíveis respostas ao uso inconsciente da natureza e como instrumento para promover uma consciência ambiental que vise à sustentabilidade ambiental orientada. Conclui-se, ao final, que investir em melhorias por meio da tributação ambiental é um dos caminhos para ampliar a preocupação em termos de sustentabilidade. O ordenamento jurídico brasileiro já está preparado e apto para promover esse fenômeno do “esverdeamento” do Direito Tributário, para tanto, basta que haja políticas públicas tributárias de natureza extrafiscal que concretizem os valores e princípios jurídicos que já se encontram consagrados no Texto Constitucional de 1988.

Palavras-chave: Meio ambiente. Sustentabilidade. Tributo. Extrafiscalidade.

ABSTRACT

Enjoying a balanced environment is essential to a healthy quality of life, not only for this generation but also for the next ones. This premise was used to carry out this work, as well as the idea that the environment is a legal asset to be protected by the most diverse areas of law, including tax law. Extrafiscal taxation or not, imposes restrictions on individuals, fundamentally in relation to property and freedom, hence the possibility of conflict between the interest in the extrafiscal use of the tax and the right of taxpayers, in particular, tax equality. Within the above framework, the work intends to be an invitation for reflection and discussion of the theme of environmental taxation, with the aim of deepening the study of the scope of extrafiscality as one of the possible responses to the unconscious use of nature, and as an instrument to promote environmental awareness aimed at guided environmental sustainability. It is concluded at the end that investing in improvements through environmental taxation is one of the ways to increase the concern in terms of sustainability. The Brazilian legal system is already prepared and able to promote this phenomenon of the “greening” of Tax Law, as long as there are public tax policies of an extrafiscal nature that implement the values and legal principles that are already enshrined in the 1988 constitutional text.

Keywords: Environment. Sustainability. Tribute. Extrafiscality.

Texto completo em PDF

O princípio da vedação ao retrocesso: Abordagem sobre áreas de preservação permanente rurais consolidadas até **22/07/2008**

Valério Rafalski

Delson Fernando Barcellos Xavier

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

RAFALSKI, Valéria; XAVIER, Delson F.B. **O princípio da vedação ao retrocesso:** Abordagem sobre áreas de preservação permanente rurais consolidadas até 22/07/2008. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

RAFALSKI, Valéria; XAVIER, Delson F.B. **O princípio da vedação ao retrocesso:** Abordagem sobre áreas de preservação permanente rurais consolidadas até 22/07/2008. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo geral abordar as alterações trazidas pela Lei 12.651/2012, no âmbito das áreas de Preservação Permanente consolidadas até 22 de julho de 2008, bem como se estas mudanças ferem o princípio da vedação ao retrocesso. A problemática refere-se às hipóteses de que houve substancial redução da proteção inciden-

te sobre APPs à medida em que ocorreram modificações significativas nas regras de recomposição destas áreas. Nesse mister, adotando-se a pesquisa bibliográfica como metodologia, cumpre-se analisar quais são as principais modificações que interferem diretamente na recuperação destes espaços. Ademais, apresenta o conceito de Área de Preservação Permanente e breve abordagem sobre o princípio da vedação ao retrocesso. Discorre sobre a possibilidade de aplicação deste princípio no direito ambiental, princípio constitucional implícito, que proíbe ao legislador a supressão ou alteração das normas infraconstitucionais que reduzam direitos já conquistados. Como resultado, considera-se que, ao reduzir a proteção destas áreas de grande vulnerabilidade, o atual Código Florestal fere o princípio da vedação ao retrocesso.

Palavras-chave: Área de preservação permanente, Vedação ao retrocesso. Meio ambiente.

ABSTRACT

This following work has as the main goal to approach the changes introduced by Law 12.651/2012, in the context of the Permanent Preservation Areas consolidated until July 22nd, 2008. as well as if these changes violate the principle of interdiction till retrocess. The issue refers to the hipoteses that caused substantial reduction of the protection reflected on APPs insofar as significant modifications occurred in the recomposition rules of these areas. In this assignment, taking the bibliographic research as methodology, must be analyzed what are the main modifications that directly interfere in the recovery of these espaces. Likewise, it presents the Permanent Preservation Area concept and a brief approach about the principle of interdiction till retrocess. The work expatiates about the implementation possibility of this principle in the environmental law, implicit constitutional principle, that prohibits the legislator the removal or alteration of the infra-constitucional norms that reduces established rights. As a result, it is considered that, by reducing the protection of these high vulnerability areas, the current Forrest Code violates the principle of interdiction till retrocess.

Keywords: Permanent preservation área. Interdiction till retrocess. Environment.

Texto completo em PDF

A omissão do Estado no manejo e destinação de animais silvestres encontrados em Porto Velho-RO

Washington Soares Francisco

Robinson Brancalhão da Silva

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

SOARES FRANCISCO, Washington; SILVA, Robinsoo B. da. **A omissão do Estado no manejo e destinação de animais silvestres encontrados em Porto Velho-RO.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

SOARES FRANCISCO, Washington; SILVA, Robinsoo B. da. **A omissão do Estado no manejo e destinação de animais silvestres encontrados em Porto Velho-RO.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Este trabalho aborda manejo e destinação da fauna silvestre encontrada no município de Porto Velho, principalmente no período de chuvas e a atuação dos órgãos públicos. Mostra a legislação de proteção de fauna, existente no Brasil. Avalia os protocolos de atuação administrativa e operacional e ainda a divisão de competências entre os órgãos de fiscalização e atendimento na Capital. Investiga se há uma norma específica sobre o tema para nortear o atendimento ao cidadão. Por último, trata do Centro de Triagem de Animais Silvestres do Município

de Porto Velho, atualmente desativado, construído por determinação do Poder Público em processo de licenciamento ambiental pela Santo Antônio Energia, como compensação pelo impacto causado pela Usina à comunidade e a natureza, bem como o processo de repasse das estruturas aos órgãos do Estado. A investigação propõe como objetivo geral a possível omissão do Estado, numa temática ambiental de suma importância para a comunidade acadêmica, para a sociedade e para o meio ambiente.

Palavras-chave: Animais silvestres. Manejo e sestinação. Centro de triagem. Porto Velho.

ABSTRACT

This work addresses the management and disposal of wild fauna found in the city of Porto Velho, especially during the rainy season and the role of public agencies. Shows the legislation for the protection of fauna, existing in Brazil. Evaluates the administrative and operational action protocols and also the division of competences between the inspection and service bodies in the Capital. It investigates if there is a specific norm on the subject to guide the service provided to citizens. Finally, it deals with the Wild Animal Screening Center of the Municipality of Porto Velho, currently deactivated, built by determination of the Public Authority in the environmental licensing process by Santo Antônio Energia, as compensation for the impact caused by the Plant to the community and nature, as well, as the process of transferring the structures to the State bodies. The investigation proposes as a general objective the possible omission of the State, in an environmental theme of paramount importance for the academic community, for society and for the environment.

Keywords: Wild animals. Management and destination. Sorting center. Porto Velho.

Texto completo em PDF

A educação ambiental empreendedora como ferramenta para práticas mais sustentáveis de desenvolvimento econômico para o produtor rural da LP40 em Candeias do Jamari - Rondônia

Glauber Ilton de Souza Souto

Miguel Mônico Neto (Orientador)

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

DE SOUSA SOUTO, G. I.. **A educação ambiental empreendedora como ferramenta para práticas mais sustentáveis de desenvolvimento econômico para o produtor rural da LP40 em Candeias do Jamari - Rondônia.** Revista da Emeron, Porto Velho/RO - Brasil, n. 29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/emeron/article/view/165>.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

DE SOUSA SOUTO, G. I.. **A educação ambiental empreendedora como ferramenta para práticas mais sustentáveis de desenvolvimento econômico para o produtor rural da LP40 em Candeias do Jamari - Rondônia.** Revista da Emeron, Porto Velho/RO - Brasil, n. 29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/emeron/article/view/165>. Disponível em:

RESUMO

O trabalho teve como objetivo apontar a Educação Ambiental Empreendedora como uma ferramenta útil para promoção do desenvolvimento econômico e sustentável de produtores rurais,

tomando como parâmetro de estudo a população residente na LP 40 no município de Candeias do Jamari – RO. Destacou a importância de se buscar alternativas sustentáveis de desenvolvimento econômico, sendo esse um objetivo, aparentemente, comum a toda comunidade internacional, abordando temáticas como declarações internacionais, Constituição Federal e legislação infraconstitucional que apontam para esse objetivo. Conferiu-se grande destaque ao acesso à informação sobre técnicas, instrumentos e produtos que viabilizam a alta produtividade e o baixo ou inexistente impacto ambiental. Destacaram-se no trabalho alguns empreendimentos, recentemente, introduzidos no Brasil – os Pagamentos por Serviços Ambientais – alguns deles já em execução no estado de Rondônia, como a venda de créditos de carbono na Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário. A coleta de dados da pesquisa apresentou uma grande escassez de informações, serviços e insumos que possam impulsionar a atividade econômica sustentável junto à população entrevistada, embora de forma unânime essa população deseje ser assistida por esses programas. Ao final observou-se que diante do locus e da amostra populacional e territorial é bastante propícia para aplicação da Educação Ambiental Empreendedora e que poderá desenvolver a economia local sustentavelmente se acompanhada de incentivos do Estado.

Palavras-chave: Educação Ambiental Empreendedora.
Desenvolvimento Econômico.
Sustentável.

ABSTRACT

The article aimed to point out Entrepreneurial Environmental Education as an useful tool for promoting economic and sustainable development of rural producers, taking the population residing in LP 40 in the municipality of Candeias do Jamari - RO. as a parameter. The matter of seeking for sustainable alternatives to economic development, is apparently a common goal to the entire international community, addressing issues such as international declarations, Federal Constitutions and infra-constitutional legislation that points towards that ideal. Emphasizing the access to information on techniques, instruments and products that enable high productivity and low or non-existent environmental impact. Some projects recently introduced in Brazil out-stood in the research – the Payments for Environmental Services – some of them already being applied in the state of Rondônia, such as the sale of carbon credits in the Rio Cautário State Extractive

Reserve. The collection of data demonstrated a great lack of information, services and inputs that support sustainable economic activity, among the population interviewed, although this population unanimously wishes to be assisted by these programs. It was concluded that, given the locus, the population and the territorial sample, it is quite favorable to the application of Entrepreneurial Environmental Education that will be able to develop the local economy sustainably if accompanied by incentives from the State.

Keywords: Entrepreneurial Environmental Education. Economic development.

Sustainable.

Texto completo em PDF